



Anais da Assembleia

N. 27

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE ABRIL DE 1986

ANO XII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 22.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1986

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Eduardo Baggio e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gerente Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tugulo Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO N. 11/86

Curitiba, 14 de abril de 1986.
Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente, para comunicar a Vossa Excelência, a fim de que sejam feitas as anotações próprias e as de estilo, para efeitos regimentais e constitucionais que na data de hoje fiz minha filiação partidária no PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - P.T.B..

Aproveito a oportunidade, para reiterar meus protestos de estima e distinta consideração.

(a) FUAD NACLI

Exmo. Sr.

NILSO SGUAREZI

M.D. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

N/EDIFÍCIO

Mensagens:

MENSAGEM 48/86

Curitiba, 08 de abril de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, objetivando a transferência de recursos e de tecnologia do sistema construtivo de natureza alternativa tipo solo-cimento, com destinação que especificam, nas Municipalidades adiante mencionadas:

Município	N.Convênio	Data
Alto Paraná	019/85 - SEAD	30.12.85
Campo Mourão	012/85 - SEAD	13.11.85
Colombo	011/85 - SEAD	13.11.85
Faxinal	013/85 - SEAD	22.11.85
Fênix	021/85 - SEAD	30.12.85
Floraí	023/85 - SEAD	30.12.85
Manoel Ribas	020/85 - SEAD	30.12.85
Nossa Senhora das Graças	016/85 - SEAD	30.12.85
Porto Rico	018/85 - SEAD	30.12.85
S. Pedro do Ivaí	022/85 - SEAD	30.12.85
Sarandi	017/85 - SEAD	30.12.85
Uniflor	015/85 - SEAD	30.12.85
Wenceslau Braz	014/85 - SEAD	22.11.85

Os interesses público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 49/86

Curitiba, 11 de abril de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre vencimentos do funcionalismo em geral, com a revisão dos vencimentos dos cargos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, dos índices de soldos dos policiais militares e dos índices de vencimentos dos policiais civis e dos Agentes Fiscais, bem como adotando outras providências.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consubstancia o resultado dos estudos que determinei às Secretarias de Estado de Administração, Planejamento e Finanças, por ocasião do veto parcial aposto em data de 11 do corrente mês ao Projeto de Lei n. 04/86.

A anexa Exposição de Motivos n. 1.554/86, a mim dirigida, nesta data, pela Secretaria de Estado da Administração, cujos termos ratifico, fundamenta com o devido detalhamento os aspectos referentes ao interesse do funcionalismo em geral e alto significado social de que se reveste a medida dependente de processo legislativo com iniciativa constitucionalmente reservada à exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Aplicados os cálculos previstos na Lei n. 8.281, de 10 de abril de 1986, nenhum vencimento poderá ser estabelecido em valor inferior ao fixado na Lei n. 8.122, de 08 de julho de 1985, acrescido de 89,35% (oitenta e nove vírgula trinta e cinco por cento).

Art. 2.º - Os vencimentos mensais dos cargos do Quadro do Magistério, referência 01, ficam assim fixados: PA-1, Cz\$ 1.768,80 (hum mil, setecentos e sessenta e oito cruzados e oitenta centavos); PB-2, Cz\$ 2.034,12 (dois mil, trinta e quatro cruzados e doze centavos); PC-3, Cz\$ 2.440,94 (dois mil, quatrocentos e quarenta cruzados e noventa e quatro centavos); PD-4, Cz\$ 2.807,08 (dois mil, oitocentos e sete cruzados e oito centavos); PE-5, Cz\$ 3.228,14 (três mil, duzentos e vinte e oito cruzados e quatorze centavos); usando-se para obtenção dos vencimentos das demais referências, o critério determinado pela Lei Complementar n. 07, de 22 de dezembro de 1976, com a redação dada pela Lei Complementar n. 13, de 23 de dezembro de 1981.

Curitiba, terça, em 15.04.86

Art. 3.º - A Tabela de Escalonamento Vertical estabelecida pelo artigo 118, da Lei n. 6.417, de 03 de julho de 1973, modificada pelas Leis n. 6.839, de 22 de novembro de 1976, n. 7.540, de 08 de dezembro de 1981 e n. 8.218, de 06 de janeiro de 1986, fica parcialmente alterada, passando a vigorar, para as categorias abaixo, com os índices a seguir fixados:

"IV. PRAÇAS ESPECIAIS

- b) ALUNO (último ano) 275
c) ALUNO (demais anos) 231

V. PRAÇAS

- f) SOLDADO DE 1.ª CLASSE ... 275
g) SOLDADE DE 2.ª CLASSE ... 231"

Art. 4.º - A Tabela de Escalonamento Vertical da Polícia Civil, a que se refere o artigo 291, da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, modificada pela Lei n. 8.122, de 08 de julho de 1985 passa a vigorar, para as classes das carreiras constantes do anexo à presente lei, com os índices nele indicados.

Art. 5.º - O Parágrafo único, do artigo 8.º, da Lei n. 8.069, de 28 de dezembro de 1984 passa a vigorar com a seguinte redação:

"O vencimento mensal dos cargos de Agente Fiscal AF-4C, AF-4B e AF-4A, é fixado em 93%, 80,60% e 65,49% do valor estabelecido para o cargo de Agente Fiscal AF-4D".

Art. 6.º - Esta lei vigora a partir de 1.º março de 1986, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO ...

C A R G O	ÍNDICE %
AGENTE DE SEGURANÇA 1.ª	39,82
2.ª	35,51
3.ª	34,24
4.	32,77
DATILOSCOPISTA 2.ª	42,70
3.ª	39,82
4.	36,94
TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÃO POLICIAL
1.ª	44,14
2.ª	41,27
3.ª	39,10
4.	36,94
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO POLICIAL

1. ^a	39,82
2. ^a	38,29
3. ^a	36,22
4. ^a	34,79

IDENTIFICADOR DATILOSCÓPICO

1. ^a	34,24
2. ^a	33,75
3. ^a	33,25
4. ^a	32,77

OPERADOR EM TELECOMUNICAÇÃO POLICIAL

1. ^a	35,51
2. ^a	34,24
3. ^a	33,25
4. ^a	32,77

CARCEREIRO 1.^a

1. ^a	34,24
2. ^a	33,75
3. ^a	33,25
4. ^a	32,77

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO POLICIAL

1. ^a	34,24
2. ^a	33,75
3. ^a	33,25
4. ^a	32,77

AUXILIAR DE NECRÓPSIA 1.^a

1. ^a	34,24
2. ^a	33,75
3. ^a	33,25
4. ^a	32,77

Of. n. 1.454/86-GS

Exposição de Motivos

Curitiba, 09 de abril de 1986

Senhor Governador:

Esta Secretaria, no momento oportuno, propôs a aplicação pura e simples do ato presidencial de 27 de fevereiro do ano em curso que, introduzindo novo padrão monetário, estabeleceu regras visando congelar, entre outros, os vencimentos dos funcionários públicos em geral.

2. Dessa proposição resultou a Lei n. 8.281, de 10 de abril de 1986.

3. Na execução verificou-se a necessidade de complementá-la, para dar outro tratamento a alguns casos especiais de inegável interesse para a administração.

4. Daí a elaboração da minuta de anteprojeto de lei que segue em anexo, dispondo sobre: a não redução dos vencimentos do funcionalismo; a revisão dos vencimentos dos cargos integrantes do Quadro Próprio do Magistério; os índices de soldo dos policiais militares; os índices de vencimentos dos policiais civis e dos Agentes Fiscais.

5. A aplicação, das tabelas de conversão, recomendada pelo Governo Federal, re-

sultaria numa redução da ordem de aproximadamente 1,1% nos vencimentos dos funcionários em geral. Reexaminado o assunto, esta Secretaria em conjunto com as demais da área econômica concluíram pela viabilidade legal e financeira da manutenção das tabelas de vencimentos, vigentes em 1. de julho de 1985, com as devidas correções já definidas em lei. Para esse efeito, entretanto, é necessária uma autorização legislativa, por isso a redação proposta no artigo primeiro da minuta de anteprojeto de lei anexa.

6. Outra situação, a qual somente agora foi possível definir, é a dos integrantes do Quadro do Magistério, os quais, em oportunidades anteriores, obtiveram a fixação dos vencimentos da classe com base em um piso correspondente a 2.2. vezes o salário mínimo estabelecido para o Estado do Paraná. Constatada a viabilidade do reconhecimento desse procedimento, foi a proposta de sua concessão consubstanciada na redação dada ao artigo segundo da minuta anexa, isto é, a fixação dos vencimentos iniciais dos cinco níveis de vencimentos que constituem a carreira.

7. Além disso, constatou-se a necessidade de serem revistos os índices nas Tabelas de Escalonamento Vertical que definem o soldo correspondente a graduações e postos da Polícia Militar, bem como os que definem os vencimentos dos cargos da Polícia Civil e da Coordenação da Receita do Estado.

8. A fixação do novo salário mínimo em Cz\$ 804,00 (oitocentos e quatro cruzados), base de vencimento aos funcionários público do Estado cujo vencimento, ou soldo, está inferior a esse quantum, motivou-nos a propor a revisão dos índices percentuais estabelecidos nas tabelas em referência, de forma a que seja preservada a necessária hierarquia funcional e de retribuição das respectivas categorias.

9. Em vista disso, foram inseridas no anteprojeto de lei que acompanha esta exposição de motivos, os artigos 3.^o, 4.^o e 5.^o contendo uma reprogramação de índices percentuais, objetivando manter diferenciadas pelo vencimento, ou soldo, as categorias funcionais de policial militar, policiais civis e Agente Fiscal que, em razão do salário mínimo recém majorado, ficariam iguais estimulando as ascensões nos respectivos quadros.

10. A medida proposta é extremamente necessária no sentido de que, ao dar aplicação ao decreto-lei que recomenda procedimento de combate à inflação, não se desar-

ticulem as estruturas de algumas categorias de funcionários cuja organização é fundamental para o bom andamento dos respectivos serviços.

Atenciosamente,

(a) SIDNEY PINHEIRO GONÇALVES

Secretário de Estado

em exercício

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei n. 51/86 que objetiva a criação da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, com as atribuições e finalidade que especifica, concernentes às áreas do trabalho e assuntos comunitários.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 65/86, oriundo da Mensagem Governamental n. 49/86, de 11.04.86, que dispõe sobre vencimentos dos cargos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, dos índices de soldos dos policiais militares e dos índices de vencimentos dos policiais civis e dos Agentes Fiscais, bem como adota outras providências.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, urgência na tramitação do Projeto de Lei n. 51/86, que objetiva a criação da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ABIB ISFER, ocorrido dia 08 de abril próximo passado.

Líder espiritualista de elevado conceito na sociedade paranaense pelos trabalhos humanitários que realizou, Abib Isfer foi por muitos anos presidente da Federa-

Curitiba, terça, em 15.04.86

ção Espírita do Paraná.

Homem preocupado em fazer o bem, deixou uma imensa obra social - como a Lar Icléia e o Hospital Bom Retiro. Auxiliava também a Escola Profissional Maria Ruth Junqueira e a Creche Josefina Rocha.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja ela encaminhada à família do pranteado e a Federação Espírita do Paraná.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar desaparecimento do Senhor TILDO MAZZARINO, ocorrido do último dia 11 na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada, bem como ao Senhor Prefeito Municipal e todos os Senhores Vereadores de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoio: Nilso Sguarezi

JUSTIFICATIVA:

Ao longo de sua existência as pessoas ou passam e desaparecem sem deixar marcas na memória dos outros, ou marcam profundamente sua passagem pelas realizações de grandes efeitos ou por uma característica pessoal de bom relacionamento com sua comunidade.

A vida de Tildo Mazzarino, foi uma mescla de grandes atos e de grande participação na cidade pela fundação do C.T.G. Fronteira Paranaense, sendo seu Patrão, além de outras realizações de benemerência na região. Numca deixou de militar na política, pela atuação no Partido do Movimento Democrático Brasileiro - P.M.D.B., sempre emprestando seu apoio às grandes campanhas eleitorais. Caracterizando-se sempre pela moderação sem radicalização.

TILDO MAZZARINO, nasceu em 04 de agosto de 1946 na cidade de Encantado no Rio Grande do Sul, era casado com dona Malba de Souza Mazzarino, deixa uma filha Julianne. Foi ex-gerente do Banco Bamerindus, atualmente exercia as funções de Diretor Administrativo da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Ivaí.

O repentino passamento de Tildo Mazzarino deixou um vazio difícil de ser preenchido em Santa Isabel do Ivaí e toda a região, não somente entre seus familiares,

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ DE FREITAS LACERDA, membro de tradicional família pontagrossense, ocorrido no dia 10 do corrente mês, em Ponta Grossa, deixando viúva a Sra. Amélia Rosa; filha Maria Lacerda e a neta Josiane Lacerda Marques.

Requer, outrossim, seja dada ciência da decisão do Plenário, com envio de expediente à família enlutada, à Rua São Josafat, 241, Bairro em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DO-RACY SCORSATO.

Para conhecimento dos familiares, segue o seguinte endereço: Rua Mato Grosso, 1199 - Campo Mourão - Pr.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do menor ROBSON PAITAX, ocorrido possivelmente por um grupo de bandidos, que mesmo recebendo o resgate solicitado, sacrificaram o menor, caracterizando um bárbaro crime que traumatizou as famílias mourãoense e colocou a cidade toda de luto.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado, abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Senhor JOSÉ DUTRA DE CAMPOS, ocorrido no último dia 05.

Requer, ainda, seja enviado correspondência a Senhora ANA LUÍZA DE CAMPOS, Rua Arlindo Ribeiro n. 1411, - Guarapuava - Pr.

O Senhor José Dutra de Campos, possuía um grande círculo de amizades, tendo sido Vice-Prefeito de Pinhão, Presidente do Sindicato Rural da mesma localidade, e um dos fundadores da COAMIG - Cooperativa Agrícola Mista de Guarapuava Ltda.

Sala das Sessões, em 15/04/86.

(a) LEÔNIDAS CHAVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento da professora Maria Helena de Castro Costa Januário, ocorrido em Londrina.

Malena, como era carinhosamente chamada pelos familiares e amigos, deixou nosso convívio depois de um doloroso sofrimento que se prolongou por 6 anos.

Seu esposo buscou todos os recursos da medicina na tentativa de salvar sua vida, mas Deus nosso Pai Celestial deliberou levá-la para o seu reino.

Era uma criatura extraordinária, admirada e amada por todos que tiveram o privilégio da sua convivência, tendo sua morte causado muita tristeza e dor, pois, quando em vida, só praticou atos de bondade.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada aos familiares enlutados, na pessoa de marido, Dirceu Januário, à Rua Carlos Capelari, 109, em Londrina, com os votos de que o nosso Criador conforte a todos por tão grande e irreparável perda.

Sala das Sessões, em 15/04/86.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Jan Niedziejko.

O extinto foi o loteador dos Jardins Londrilar e Lago Parque, além de inúmeras outras atividades desenvolvidas, tendo toda a sua vida sido marcada pela honradez e dinamismo. Nunca fez mal para ninguém, com uma postura empresarial digna do respeito e da homenagem de todos.

Sua morte causou profunda tristeza e dor aos familiares e grande contingente de amigos que tiveram o privilégio da sua convivência.

Requeiro que a homenagem desta Casa de Leis seja comunicada à família enlutada, à Rua Francisco Feijó Sanches, 50, em Londrina, com os votos de que Deus, nosso Pai

Celestial conforto a todos por tão grande e irreparável perda.

Sala das Sessões, em 15/04/86.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Mitsuo Takahara, pai do executivo Kentaro Takahara.

O extinto era um homem extremamente bondoso, que dedicou sua vida a praticar o bem e a servir o próximo.

Seu desaparecimento causou profunda tristeza e dor aos familiares e vasto número de amigos que tiveram o privilégio da sua convivência.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada a família enlutada, através do filho, o respeitado londrinense Kentaro Takahara, residente à Rua Michigan, 515, Jardim Quebec, em Londrina, com os votos de que Deus nosso Pai Celestial conforte a todos por tão grande e irreparável perda.

Sala das Sessões, em 15/04/86.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DIRCEU KRAMER FONSECA, ocorrido dia 12 próximo passado em Paranavaí.

Nosso requerimento se faz, em virtude de que a mesmo era pecuarista de destaque em Paranavaí, onde compunha uma das famílias mais tradicionais.

Este ilustre personagem de nossa terra, deixa viúva a senhora CLODI MARY GOMES FONSECA, à qual solicitamos seja enviado expediente no endereço seguinte: Rua Paraíba, 1720, 8.º andar, ap.803, Paranavaí - Paraná, CEP: 87.700.

Solicitamos ainda, que seja enviado expediente também, ao seu irmão, Padre JAIME KRAMER FONSECA, Caixa Postal 03, Bom Jesus - Rio Grande do Sul, CEP:95.290.

Sala das Sessões, em 15/04/86.

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor TILDO MAZZARINO, ocorrido dia 11 próximo passado, em Santa Isabel do Ivaí.

Curitiba, terça, em 15.04.86

Nosso requerimento se prende ao fato de que o mesmo era patrão do Centro de Tradições Gaúchas de Santa Isabel do Ivaí, sendo pessoa que muito contribuiu para o progresso daquela localidade e sendo muito estimado pela comunidade local.

Este pioneiro das lutas em prol do progresso do Extremo Noroeste, deixa viúva a senhora MALBA DE SOUZA MAZZARINO, a qual solicitamos seja enviado expediente, no endereço seguinte: Av. Afonso Pena 423, Santa Isabel do Ivaí - CEP: 87.910.

Sala das Sessões, em 15/04/86.

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de pesar pelo falecimento do senhor Doraci Scorsato, residente em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 15/04/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O senhor Doraci Scorsato era um pioneiro das comunicações em Campo Mourão, tendo trabalhado como radialista por mais de 20 anos da Rádio Colméia.

Pessoa conhecida e amada pela população local e de cidades da região, por mais de vinte anos Doraci Scorsato transmitiu através daquela emissora mensagens de fé e otimismo a todos os seus ouvintes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado voto de pesar pelo falecimento do menor Robinson Daciuk Paitach, ao pai Demetrius Paitach, Avenida José C. Oliveira 320, Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 15/04/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O menor Robison Daciuk Paitach foi assassinado por seqüestradores, embora seus familiares tenham pago o resgate exigido pelos assassinos. Esse crime traumatizou a cidade de Campo Mourão e todo o País porque vitimou uma criança inocente, amada e querida por todos aqueles que a conheceram. A família Daciuk Paitach é família tradicional de Campo Mourão, tendo contribuído com o seu trabalho para o crescimento e progresso da cidade ao longo dos anos, desde a fundação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um VOTO DE PESAR pelo falecimento do senhor ABIBE ISFER, ocorrido no dia 10 de abril do corrente ano, nesta Capital. O grande líder espiritualista como era chamado seu ABIBE, deixou uma imensa obra social como o LAR ICLEA, O HOSPITAL BOM RETIRO e muitos outros.

Requer, outrossim, que da decisão desta casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15/04/86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignado voto de congratulações, pela indicação do Doutor JULIANO PIMENTEL NEIVA DE LIMA, para o cargo de Diretor de Investimentos da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, e que da decisão da Casa seja dada ciência ao homenageado, no endereço: Rua Mariz e Barros, 13 - 12.º andar - Rio de Janeiro, C.E.P. 20.270.

Sala das Sessões, em 15/04/86.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Líder do Governo e P.M.D.B.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações ao município de Palmas pela passagem dos 107 anos de emancipação política.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, se dê ciência ao Senhor Prefeito Municipal Doutor JOSÉ MARIA DE ARAÚJO PERPÉTUO, ao Vice-Prefeito Senhor JOÃO DE OLIVEIRA MELLO, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo paranaense, cumprimentem a laboriosa população palmense.

Sala das Sessões, em 15/04/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Queremos, nesta oportunidade, homenagear através da Assembléia Legislativa do Estado, a laboriosa população de Palmas, que comemora com júbilo os seus 107 anos de existência politicamente emancipada.

O município de Palmas completa hoje, 150 anos de povoamento e seu 107.º aniversário de emancipação política.

Palmas foi o primeiro município do Sudoeste e foi dele que a colonização da região iniciou. Atualmente é um importante

centro educacional, cultural e religioso.

A história de Palmas começa em 14 de abril de 1879. Com o correr dos anos, foi crescendo e transformou-se em cidade, recebendo migrações que permitiram um desenvolvimento bastante significativo.

Marcada por muito esforço principalmente aquele desprendido pela tradicional família palmense, cuja história é rica em fatos. O Município deu vultos importantes para o Estado e o País, e a participação palmense nas questões políticas é marcante.

Complementando seus 107 anos de existência, Palmas soube guardar seu passado, o qual está sendo lembrado hoje.

Palmas é uma cidade moderna e humana, com seu laborioso povo partilhando do progresso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de congratulações e aplausos ao INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ, pela passagem do seu 110.º aniversário.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, se dê ciência ao seu Diretor Professor JORGE KEITIRO YAMAMURA, para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, cumprimente todos os professores e alunos daquele tradicional educandário paranaense.

Sala das Sessões, em 15/04/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Queremos, nesta oportunidade, homenagear, através da Assembléia Legislativa do Estado, o tradicional educandário INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ, que comemora o seu 110.º aniversário de fundação.

O Instituto de Educação do Paraná, criado em 12 de abril de 1986 com a denominação de Escola Normal, responsável pela formação de professores normalistas, que por longos anos dedicaram trabalho de educadores em escolas de curso primário de todo o Estado do Paraná. Hoje, o Instituto conta com perto de três mil alunos, desde o pré-escolar até todas as séries do primeiro grau e segundo grau e formação em Magistério, proporcionando a saída de seus quadros, de vultos importantes para o Estado e o País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e

aplausos ao Excelentíssimo Senhor Doutor FRANCISCO ANTONIO DE ALBUQUERQUE NETO, Secretário de Estado da Agricultura e ao Doutor WALTZER DONINI, Presidente da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns (COPASA).

Outrossim, requer que da decisão da Casa, se dê ciência aos nominados, bem como ao Senhor Prefeito Municipal, Senhor Vice-Prefeito, todos os Senhores Vereadores, ao Sr. Presidente do Diretório Municipal do P.M.D.B., de São João do Triunfo, LINEU ANDRADE HALILA, para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, cumprimentem a laboriosa população daquele município por mais esta conquista.

Sala das Sessões, em 15/04/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Queremos, nesta oportunidade, homenagear através da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, toda a laboriosa população de São João do Triunfo, pela inauguração de uma Unidade Armazenadora.

A Unidade Armazenadora com capacidade para 600 toneladas, equipada com máquinas de limpeza, secagem, balança para 60 toneladas, local para armazenagem de insumos agrícolas, contando com uma infra-estrutura condizente para sede da administração, bem como residência para o gerente administrativo.

A conquista desta Unidade Armazenadora, pela população de São João do Triunfo, foi fundamentada ao alicerce de um governo participativo e democrático, voltado para o Setor Agrícola, que certamente deixará marcas indeléveis na história do Paraná.

Dentre os muitos itens que devemos abordar na busca de melhores condições ao produtor agrícola, está a determinação do Governador José Richa, no encaminhamento de soluções práticas e objetivas visando assegurar mecanismos pelos quais possam efetivamente propiciar segurança e efeitos comunitários e expressivos à população trabalhadora no setor agrícola, cuja ordem neste Governo sempre foi fator preponderante e imprescindível ao desenvolvimento deste setor.

A inauguração da Unidade Armazenadora de São João do Triunfo no último dia 12, com a presença deste Deputado, do Senhor Secretário de Estado da Agricultura, do Senhor Presidente da COPASA, do Senhor Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores e demais autoridades da região fundou-se nas manifestações e nos anseios dos agricultores que residem e trabalham em todos os recantos da região de São João do Triunfo. É na concretização desses objetos e na busca de uma conquista plena, onde todos os segmentos da sociedade possam partilhar na trilha do progresso, e, co-

nhecendo como conhecemos a capacidade de trabalho da população agrícola de São João do Triunfo, podemos assegurar sem medo de errar que o armazém inaugurado, será, num futuro muito próximo, pequeno para abrigar toda a produção que será aumentada gradativamente pelo labor efetivo e produtor da sua gente trabalhadora.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

"Na forma da lei e de acordo com o rito previsto, visando à salvaguarda jurídica dos interesses do povo, ao cultivo das tradições democráticas do País e ao resguardo dos superiores ideais da justiça, eu, Armando Carneiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, declaro instalada a Comarca de Centenário do Sul, para que produza todos os efeitos sobre as circunscrições que têm por sede esta localidade e os demais distritos que a integram".

Com estas palavras, o Desembargador Armando Carneiro, digno Chefe do Poder Judiciário do Estado, instalou na manhã do dia 12, próximo passado, a comarca de CENTENÁRIO DO SUL, criada pela Lei n. 8280, de 24 de janeiro de 1986, desanexando-a da comarca de Porecatu, e se constituindo na 133.ª comarca do Paraná.

Diante do exposto, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, de um voto de regozijo e congratulação pela instalação da Comarca de Centenário do Sul.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário sejam transmitidos nossos agradecimentos e reconhecimentos ao Desembargador Armando Carneiro, dd. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Dr. Abrahão Miguel, dd. Corregedor Geral da Justiça, a todos os Membros do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, ao Senhor Antônio Mário Aguirro, digno Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores de Centenário do Sul, pois foi graças a seus esforços, que os moradores daquele município viram concretizar os sonhos de ter sua cidade elevada à categoria de Comarca.

Sala das Sessões, em 15/04/86.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações à nova diretoria da Federação das Associações de Moradores dos Conjuntos Habitacionais e Bairros de Londrina, empossada no último dia 13, em so-

lenidade na Câmara Municipal.

O novo presidente da entidade, é o dinâmico e competente funcionário da Prefeitura, Jaime Guerreiro, tendo ainda na diretoria Antônio Santana, vice-Presidente; Lurdes Roratti, secretária; Reginaldo Vachi Modesto, 2.º Secretário, Ozias Farias Campos, tesoureiro; Alvair Avelino de Souza, 2.º tesoureiro; e no Conselho Fiscal, Leonor Aparecida Costa, José Lopes de Souza, Juarez Antônio Mariano, Henrique Miranda e Osvaldir de Oliveira.

Trata-se de uma diretoria formada por londrinenses idealistas e com grande vontade de encontrar solução para os problemas dos conjuntos habitacionais e dos bairros da cidade. Os resultados deverão ser os desejados, pelo grande valor de cada membro da nova diretoria.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao Presidente da entidade, Jaime Guerreiro, através da Prefeitura Municipal de Londrina.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de louvor, ao Dr. BRAZÍLIO DE ARAÚJO NETO, Presidente da Sociedade Rural do Paraná, e extensivo à toda a Diretoria Executiva da referida sociedade.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

Nosso requerimento se faz, em virtude do trabalho incansável de toda a Diretoria Executiva da Sociedade Rural do Paraná, e em especial do Dr. BRAZÍLIO DE ARAÚJO NETO que no biênio 1984-1986, realizou uma série de obras de vulto, como por exemplo, a construção de calçadão ligando o estacionamento do Parque de Exposições de Londrina à área interna do Parque. Além de uma série de outras, que, em muito melhoraram o Parque de Exposições de Londrina, conforme pode se comprovar do balanço das realizações da atual diretoria da Sociedade Rural do Paraná, em anexo.

O trabalho árduo e sério da sociedade que tem na Presidência o Dr. Brazílio de Araújo Neto, foi plenamente recompensado, quando da realização da XXVI Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, que foi coroada com o mais completo êxito, tendo vindo pecuaristas de várias localidades do país para acompanhar esta Feira Agropecuária e Industrial, que está se tornando uma das mais importantes do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, comunica à douta Comissão Executiva que a partir desta data, se desliga da Bancada do Partido Democrático Social- PDS, passando a integrar o Partido Trabalhista Brasileiro.

Outrossim, requer sejam feitas as anotações próprias e as de estilo, para os efeitos regimentais e constitucionais.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) BRONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, a designação de cinco (05) representantes da Casa para acompanhar os acadêmicos da FECIVEL - Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel - e lideranças do Oeste do Paraná em Brasília, na audiência com o Presidente da República e Ministro da Educação na reunião para tratar da Universidade do Oeste.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(aa) EDGARD PIMENTEL

MÁRIO PEREIRA

Apoiamto: José Antônio Fonseca, Sabino Campos e Sérgio Spada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transformada a Sessão Plenária Ordinária do dia 19 de maio próxima, em Sessão Especial, em homenagem ao Centenário de Falecimento do Dr. LEOCÁDIO JOSÉ CORREA.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes às autoridades abaixo citadas, apoiando a reivindicação de "royalties" compensatórios ao Paraná pela exploração hidrelétrica de Itaipu, conforme os termos também alinhados em anexo.

1. Presidente José Sarney;
2. Ministro Aureliano Chaves;
3. Diretor Geral da Itaipu Binacional, General Ney Braga;
4. Senador José Fragelli, Presidente do Congresso Nacional;
5. Deputado Ulisses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados;
6. A todos os representantes paranaenses no Congresso Nacional.

A iniciativa se justifica pelos termos

do expediente a ser enviado e pelos próprios fundamentos.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Anexos: 1. Texto do Expediente
2. Editorial de Jornal "Gazeta do Povo".

ANEXO 1. TEXTO DO EXPEDIENTE.

1.1. Texto ao Senhor
Presidente da República.

EXMO.SR.
DOUTOR JOSÉ SARNEY
DD. Presidente da República
Palácio do Planalto
BRASÍLIA- DF

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na defesa dos interesses do povo paranaense, apela a Vossa Excelência no sentido de uma decisão favorável ao pleito de transferência dos royalties devidos por Itaipu Binacional à Parte Brasileira para o Estado do Paraná.

O pedido se justifica com base no entendimento amplo do princípio estabelecido no art. 128 parágrafo 2º, da Constituição Federal e legislação superveniente e pelo fato de que o aproveitamento de Itaipu, no lado brasileiro, se situa inteiramente em território do Estado do Paraná, que cedeu para tanto mais de 80.000 hectares de suas terras mais férteis; além da perda do recurso turístico de Sete Quedas.

Estimando acolhida de Vossa Excelência para o pedido, somos atenciosamente.

1.2. TEXTO A AUTORIDADES DO EXECUTIVO.

Aos Senhores Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves; e Diretor Geral de Itaipu Binacional, General Ney Braga, devem ser enviados expediente de agradecimento pelo apoio que deram ao pleito do Paraná.

1.3. MINUTA DO TEXTO DO EXPEDIENTE A SER ENVIADO AOS SENHORES PRESIDENTES DO SENADO, DA CÂMARA E AOS REPRESENTANTES PARANAENSES NO CONGRESSO NACIONAL:

Exmo.Sr.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na defesa dos interesses do povo paranaense, comunica a Vossa Excelência, que o Estado do Paraná está pleiteando junto ao Governo Federal que a parcela de "royalties" devida à parte brasileira por

Itaipu Binacional, decorrente do aproveitamento hidrelétrico de Itaipu, sobre o Rio Paraná, seja transferida ao Estado do Paraná, como compensação pelo uso do território deste Estado federado para a geração da energia daquele aproveitamento.

A matéria já obteve parecer favorável da Diretoria de Itaipu Binacional e do Ministério das Minas e Energia, estando justificada pelos princípios constitucionais e legais que disciplinam a exploração de petróleo e recursos assimilados.

Solicitamos a Vossa Excelência apoio ao pleito do Estado do Paraná, junto ao Senhor Presidente da República, dentro dos princípios de proteção dos direitos dos Estados e harmonia dentro da Federação Brasileira.

PACOTE DOS "ROYALTIES" COM SARNEY

No pico de uma popularidade pela afirmativa coragem de ataque frontal à inflação, o Paraná espera do Presidente Sarney um gesto histórico em relação à gente araucariana e ao nosso Estado. Tudo está pronto para que, muito coerente, defira uma reivindicação que fará justiça aos paranaenses.

Historiemos os fatos: A construção de Itaipu, que só no lago inundou 80.000 hectares de terras ferazes do Paraná, foi-nos negativa, preponderantemente. Perdemos - como o Brasil inteiro perdeu, também - Sete Quedas, polo de imantação turística. Perdemos o melhor capital com a evasão de uma força de trabalho que tornou possível, até mesmo, a criação do Estado de Rondônia. Perdemos percentuais permanentes de cópias de bens agrícolas, que renderiam impostos para os cofres do Estado e dos Municípios da área. Perdemos a mutilação desfiguradora da territorialidade paranaense. Perdemos quase sempre e no prolongamento dos anos, sem um átomo de compensação por um sacrifício doloroso, através da construção de Itaipu, que vai alimentar, principalmente, o "triângulo industrial" brasileiro (SP.MG e RJ).

Do paciente e longo estudo realizado pela "Gazeta do Povo", levantamos uma bandeira. A compensação teria que vir, através de "royalties". A empresa binacional, criada pelos governos do Brasil e do Paraguai, deve, pelo tratado convolado entre as partes, pagar valores financeiros a estes países, consubstanciados em "royalties" e a partir de um "quantum" pela energia gerada. Estima-se que em 86, por exemplo, a binacional deve pagar 31.500.000 dólares. Queremos que a parte brasileira caiba ao Paraná, com o que não se inflaciona o país pela desnecessidade de emissões ou de agravamento do orçamento federal. Com tais recursos, a idéia com-

plementar da "Gazeta do Povo" é no sentido de que direcionemos essa massa de dinheiro para a excitação do processo industrializatório paranaense, com o que melhor diversificaremos o fenômeno de nossa economia, avançando-se para novas aberturas do desenvolvimento do Estado.

Entre a idéia e o campo de luta para sua execução demoramos anos de trabalhos, de sensibilização dos quadros da liderança, de formação da opinião pública estadual. Em janeiro, o presidente Sarney recebeu-nos em Brasília. Com políticos de expressão, e líderes empresariais, demonstramos o quadro reivindicatório do Paraná. A recepção foi a melhor possível. O "papel" foi, preliminarmente, despachado para outros escalões. Ney Braga, presidente da binacional de Itaipu, na plenitude da identificação com o sentimento da gente de sua terra, não só deu parecer favorável ao atendimento, mas, também, gestionou - e gestionou com persistência, força e habilidade política - com o que resultou no parecer do ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia (do PFL, também como Ney), a favor da pretensão que levantamos. Com informações e pareceres favoráveis, resta, agora, ao presidente José Sarney - do alto de uma popularidade nacional da qual o Paraná participa - responder, de maneira concreta, com a impressão que dele recolhemos em janeiro.

Não há porque negar. Se a isonomia for invocada, não se deve esquecer a lei que ele sancionou, proporcionando aos Estados e Municípios brasileiros, onde o petróleo é explorado na bacia atlântica, os benefícios da lei da Petrobrás. Com isto, preencheu uma lacuna que existia na lei 2.004, posto que, ao tempo, não se imaginava que o Brasil, hoje, estaria obtendo a maior parte do seu petróleo da Bacia de Campos (Rio de Janeiro, leia-se Governo Brizola), ou "off shore". O sentido compensatório já previsto naquele diploma, pode ser aplicado, também, no caso dos "royalties" invocados pelo Paraná, tendo em vista o quanto já perdemos e haveremos de perder ainda. Sensível e identificado com o problema, em janeiro deste ano o chefe da Nação, mostrara-se aberto ao pleito do Paraná, afinal envolto pela justiça, considerando-se, também, que a massa de recursos financeiros desses "royalties" será direcionada, positivamente para o estímulo à industrialização desta parte brasileira, aqui no Paraná. O destino de uma campanha histórica e justa depende, agora, do Presidente Sarney.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, o desapensamento do Projeto de Lei n. 31/86, ora anexado ao Projeto de Lei n. 1/86, devendo este último ser remetido à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de receber Parecer.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo e PMDB.

REQUERIMENTO

SÚMULA. REQUER, o envio de telex aos Senhores Presidente da República, Ministros do Trabalho e da Fazenda, Líderes das Bancadas do PMDB no Congresso Nacional.

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Telex às autoridades nominadas na súmula, solicitando urgentes medidas para conter a onda de demissão de funcionários bancários.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Praticamente a totalidade da Nação brasileira sofreu, na própria carne, os desvarios e as consequências do malfadado modelo econômico impingindo pelo Sistema de Poder que se assenhoreou de seus destinos durante um vintênio de Ditadura.

É inconcebível que justamente uma das parcelas que mais se beneficiou da sombra do Poder, não se engaje na luta abraçada por todos os brasileiros e que certamente desaguará no pretendido restabelecimento da vergonha e da soberania nacional.

Milhares de famílias estão à beira do desespero assistindo demissões em massa de funcionários bancários. Aqui, em nosso Estado do Paraná, esta ação já atinge o número de dois mil e cem, conforme relato que nos foi transmitido pessoalmente pela direção do Setor Trabalhista do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Por isso, a razão deste requerimento, cujo teor do telex a ser enviado às autoridades acima nominadas, deve ser vazado nos seguintes termos: MANIFESTANDO ENORME PREOCUPAÇÃO SITUAÇÃO BANCÁRIOS DEMITIDOS EM NÚMERO DE 2.100 SOMENTE ESTADO PARANÁ REPRESENTANDO 5 POR CENTO TOTAL 40.000 CHAMANDO ATENÇÃO DETALHE SER ESTE NUMERO REFERENTE APENAS HOMOLOGADOS Vg APELO EMINENTE AUTORIDADE CONCRETIZAÇÃO MEDIDAS URGENTES EVITAR GRAVE PROBLEMA SOCIAL ALÉM TRANQUILIZAR CLASSE PREOCUPADA DESTINO PRÓPRIO et FAMÍLIAS pt

POPULAÇÃO BRASILEIRA SOFRIDA SUPORTOU COM BRAVURA TRISTES ANOS RECESSAO ET MISÉRIA PROVOCADOS POR DESMANDOS DITADURA vg ENQUANTO GANANCIOSOS LUCROS FÁCEIS NÃO ATENTAM TRANSFORMAÇÕES ET MUDANÇAS NOVA REPÚBLICA pt

URGE DECRETAR MEDIDAS OBRIGATÓRIAS PARA CUMPRIMENTO JORNADA SEIS HORAS ET SANÇÕES LEGAIS PARA PENALIZAR MAUS BRASILEIROS pt

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de mensagem ao Excelentíssimo Senhor, Desembargador José Lemos Filho, Presidente do TRE, solicitando a regularização da situação funcional dos servidores Lídia H. Igiri, Maria Conceição Nascimento, Luiz Roberto Macagnan e Elaine F. Portela, atualmente prestando serviços nos cartórios eleitorais de Londrina.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

No momento em que se realiza o recadastramento eleitoral, visando regularizar a situação extremamente injusta dos servidores Lídia H. Igiri, Maria Conceição Nascimento, Luiz Roberto Macagnan e Elaine F. Portela, que há meses e até anos trabalham nos cartórios eleitorais de Londrina sem desfrutar de quaisquer garantias.

Continuam recebendo gratificações dos cartórios da cidade, à guisa de remuneração, o que inevitavelmente cria insatisfações que precisam ser resolvidas.

Sugerimos a contratação dos mesmos por parte da Justiça Eleitoral ou então em segunda alternativa, a contratação pela Prefeitura Municipal de Londrina, para o que seria imprescindível a intermediação do TRE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Secretário de Saúde e do Bem-Estar Social e das Finanças solicitando sejam excluídas as Igrejas e entidades assistenciais, da listagem de contribuintes da taxa de licença sanitária e exercício profissional.

O referido lançamento computadorizado é indevido para as igrejas e entidades assistenciais, por não ser previsto em lei. Além disso, as instituições religiosas - que dependem de donativos para subsistir - não podem ser enquadradas como empresas ou sociedades prestadoras de serviços, pois não têm, em sua essência, ob-

jetivos de ordem econômica, mas sim espirituais ou filosóficos, como poderão ser constatados em seus estatutos.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando a instalação de um aparelho telefônico no Colégio Estadual "Rui Barbosa"- Ensino de 1.º e 2.º Graus, no Município de Arapoti.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual "Rui Barbosa"- Ensino de 1.º e 2.º Graus, está a reivindicar a instalação de um aparelho telefônico. Isto deve-se ao fato de que, nos dias de hoje, a necessidade é premente, uma vez que viria auxiliar a comunicação com repartições, pais de alunos e professores, das quais depende o bom andamento dos trabalhos daquele estabelecimento de ensino.

Espera-se, portanto, que essa Secretaria de Estado da Educação atenda, o mais breve possível, o que ora é solicitado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente, manifestando apoio ao Professor Paulo Rosas, Presidente da Chapa "ANDES HOJE", em Defesa da Universidade.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Pela justeza da plataforma de trabalho apresentado ao conjunto dos professores universitários brasileiros e conforme se comprova pela documentação em anexo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja atendida a solicitação da população do Distrito de São Clemente, Município de Santa Helena, que almeja o aproveitamento do antigo leito da Rodovia existente, que liga os Municípios de Santa Helena - Marechal Cândido Rondon, passando pelo

Distrito de São Clemente, evitando assim o corte de Chácaras e de pequenos lavoureiros, já penalizados pela construção do Lago Itaipu, e que ao passar o asfalto dentro da vila, sejam feitas também as melhorias de acostamento, no sentido de oferecer maior segurança.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Embora reconheçamos os riscos que correm os transeuntes de São Clemente, nos tornamos enfraquecidos diante da maciça manifestação popular para que seja alterado o traçado inicial da Rodovia.

Com exceção da justificativa que leva em consideração os chacareiros, vemos com certa preocupação o fato de uma Rodovia de alta-rotatividade passar dentro do perímetro urbano do Distrito de São Clemente, porém dado ao espírito democrático de nosso Governo, nos submetemos à decisão da mudança e acompanhamos a reivindicação da população.

Aproveitamos o ensejo para isentar da responsabilidade sobre futuros acidentes a Secretaria de Estado dos Transportes, bem como este Parlamentar que ora subscreve, deixando claro que nada mais fazemos do que atender, democraticamente, a vontade da população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde e Bem Estar Social, ao Digníssimo diretor do IAM e ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Maringá, solicitando apoio integral ao pastor Nilton Tuller, considerando os relevantes trabalhos que tem desenvolvidos e que continua prestando junto à comunidade maringaense. Sua ação se faz muito especialmente junto a jovens menos favorecidos, que por vezes induzidos por circunstâncias, são levados ao vício e à delinquência, encontrando nos serviços por ele dirigidos, a solução para seus problemas.

O pastor Nilton ultimamente mostrou-se dedicado ao trabalho de desenvolvimento do Programa SIM, cumprindo acordo firmado com o Prefeito Municipal daquela cidade. Apesar das dificuldades encontradas na obtenção de móveis para o prédio designado para o referido fim, na recuperação do mesmo e na aquisição de alimentos para a manutenção dos integrantes do Programa, o dedicado Pastor não demonstrou poupar esforços para realizar o que se propôs. Como resultado conseguiu nos últimos 6 meses recuperar, comprovadamente, mais da metade dos

50 internos que passaram por aquela Casa.

Considerando o exposto, REQUER, ainda, um voto de solidariedade ao referido Pastor e apela para que seja estudada uma nova maneira que possibilite a continuidade de tão importante obra. Não havendo condições de permanecer no prédio, ora em questão com o Prefeito, talvez, o Poder Público possa alugar outro onde o Pastor Tuller tenha oportunidade de continuar seus trabalhos assistenciais.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao mencionado Pastor.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, "data venia" à douta Mesa, após ouvir o magnânimo Plenário, seja encaminhado expediente a Ilustríssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora GILDA POLI ROCHA LOURES, solicitando com urgência, a implantação do Ensino a nível de 2. Grau para o Município de Turvo.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Prefeito Municipal José Pereira de Campos, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vereador Antenor Rodrigues Fiuza, bem como ao Excelentíssimo Senhor Vereador Miguel Petrim.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados: é com indizível satisfação que trazemos à apreciação deste Plenário, um requerimento em que solicitamos a implantação do Ensino de 2. Grau, para o Município de Turvo.

Já se passaram três anos de emancipação política daquele município e a ação deletéria que os alunos vem sofrendo, está ficando insustentável, pois para cumprirem o escopo de seus ideais, são obrigados a se deslocar mais de 50 Km., o que, sem sombra de dúvidas, torna-se uma grande injustiça.

Lamentamos que os cidadãos turvenses, em todo Estado do Paraná, sejam os únicos que se encontram aliados deste processo de Ensino de 2. Grau, interregno de ensino precípua entre o 1. Grau e os Cursos Superiores.

Gostaríamos de esclarecer aos nobres colegas que o número de alunos que almejam esta implantação, extrapolam os níveis necessários para que seja instituído, pois além dos alunos que já estão viajando com dificuldade para estudarem, outros que

trabalham no período integral não têm tempo para se transportarem, devido ao horário comercial e a distância que os separam dos colégios.

E sendo assim, contamos com o apoio dos nobres Deputados à essa proposição, que consideramos justa, inalienável e inadiável. É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, "data venia" à douta Mesa, após ouvir o magnânimo Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Jesus Sarrão, visando a implantação de uma "Seção Técnica", do Instituto de Criminalística, no Município de Guarapuava. Esta Seção cobriria uma vasta região, formada pelos seguintes Municípios: Guarapuava, Pitanga, Laranjeiras do Sul, Pinhão, Palmital, Altamira do Paraná, Cantagalo, Prudentópolis, Inácio Martins, Rondador, Iretama, Manoel Ribas e Cândido de Abreu, que estão sendo atendidos precariamente pelas Seções de Cascavel e União da Vitória, além de Guarapuava estar sendo atendida por Curitiba, distante 250 Km..

Uma vez aprovado, que se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores Prefeitos Municipais, bem como aos Excelentíssimos Senhores Presidentes de Câmaras de Vereadores, dos Municípios beneficiados.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados; é com muita responsabilidade que trazemos a este Plenário insigne, um requerimento que trata da implantação de uma Seção Técnica do Instituto de Criminalística, para o Município de Guarapuava.

Sabemos do alto conhecimento que os Nobres Parlamentares têm sobre um Instituto Criminalístico, mas para que compreendamos a real e inadiável necessidade desta implantação, passamos a considerar todos os setores competentes a este Departamento.

Através do Setor de Acidentes, o Instituto reconstitui atropelamentos, choques de veículos e exames de veículos suspeitos;

No Setor de Crimes à Pessoa, são analisados tecnicamente os homicídios, suicídios, infanticídios, abortos, estupro, etc.;

No setor de Engenharia Legal, são pesquisados as origens e incêndios, explosões, desabamentos, diversões públicas, danos públicos, etc.;

No Setor de Balística, são efetuados

Curitiba, terça, em 15.04.86

exames de arma branca, comparação de projéteis, teste científico de eficiência da arma (machado, pedaço de madeira, enxada, saco de areia, etc.), exame de vestes, etc.;

No Setor de Documentoscopia, são analisados tecnicamente assinaturas, caligrafias, documentos (tipo do papel, época da confecção do impresso do documento), escrita, meios circulantes (dinheiro falso), etc.;

No Setor de Crimes o Patrimônio, são pesquisados assaltos, arrombamentos, furtos qualificados, exame de veículos adulterados no número do chassi, etc.;

No Setor de Identificação, são colhidas e analisadas impressões digitais (como modernas técnicas químicas e científicas), qualificação, qualquer meio de identificação (arcada dentária, particularidades físicas...) etc.;

No Setor de Química Legal e Micro-Análise, são analisados tipos e manuseio de tóxicos, uísque falsificado, identificação pelo sangue, pelo esperma e crimes contra o meio ambiente;

No Setor de Fotografia Judiciária, são efetuados negativos que oferecerão ao perito, condições de proceder levantamentos de fatos em cima de dados;

No Setor de Desenho Técnico, são efetuados moldagens de pegadas ou de rastros de pneus ou outros, retratos falados, desenho e diagrama do local do sinistro.

Nosso requerimento se baseia no fato de que já foi solicitado pelo Ilustríssimo Senhor José Lourenço Bueno, Digníssimo Diretor do Instituto de Criminalística do Estado, Concurso Público para provimento das vagas ora existentes na 4ª Classe da carreira de Perito Criminal, que ora contam e número de trinta e oito, inclusive no expediente que subscreveu ao Delegado Geral da Polícia Civil, citou que há necessidade urgente desta implantação de uma Seção em Guarapuava. Como aquela Cidade é atendida pela sede aqui da Capital, tornou-se deficiente e deletéria, pelo espaço físico que nos separa de lá. Quando há uma necessidade, são quase quatro horas de viagem para chegar lá, quando se tem perito disponível no momento.

Informamos ainda de que, somente em Guarapuava, existem mais de 1500 processos em andamento e que estagnaram, pelo menos a maior parte deles, por não receberem os diagnósticos técnicos do Instituto.

Mediante a proposta de descentralização, que o atual Diretor do Instituto de Criminalística da polícia Civil do Paraná vem desenvolvendo, achamos que já está na hora de criarmos uma Seção Técnica no Município de Guarapuava, pois com isso, além de Guarapuava, mais doze municípios serão beneficiados e melhor atendidos.

Nesta esperança, estamos contando com o apoio irrestrito deste magno Plenário, que com sabedoria julgará a procedência desta reivindicação, que julgamos precípua e da mais alta relevância. É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Digníssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando a implantação do Curso de 2.º Grau - Regular - Propedêutico, no período noturno, na Escola Estadual Professor Amálio Pinheiro, situada no Bairro de Nova Rússia em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Amálio Pinheiro, imbuída do propósito de bem servir à comunidade, e respaldada pela filosofia democrática que norteia a atual SEED, visando o pleno desenvolvimento social do aluno, passa a expor os motivos que levou esta Escola a pretender a implantação do 2.º Grau.

1. - Muitos alunos convergirão de diversos locais, pois a escola está situada em ponto central;

2. - Os horários de ônibus que servem o bairro onde está a escola, são coincidentes com os horários de princípio e fim de aulas;

3. - Pela localização, diversas escolas servirão de fornecedores de clientela, posto que a Escola do 2.º Grau, mais próxima é o Colégio Estadual Regente Feijó, na parte Central da cidade e, por isso, muito distante para os alunos. Além do Colégio Estadual Regente Feijó, existe no Núcleo Santa Paula uma escola de 2.º Grau, que devido às dificuldades de acesso ao referido núcleo, torna-se de uso exclusivo dos moradores do núcleo habitacional;

4. - A Escola, no período noturno, possui 9 (nove) salas de aula ociosas. Isso ocorre pela grande demanda de alunos par os cursos de 1.º Grau noturnos que estão sendo implantados nas circunvizinhanças. Essa evasão também ocorre no período diurno, só que em menor escala.

5. - O bairro de Nova Rússia é fundamentalmente o centro comercial e industrial mais importante da cidade de Ponta Grossa, visto ser o único a possuir agências bancárias (Posto Avançado do Banco do Brasil, Banco Bamerindus e Banco Itaú).

6. - Os empregados e funcionários dessas firmas, futuros alunos desse esta-

belecimento de ensino para o 2.º Grau, teriam, se implantado for, o Curso de Propedêutico, período noturno, tempo suficiente para irem a suas casas, após o trabalho, preparando-se para aula, o que não ocorre se tiverem que frequentar escolas centrais;

7. - O exposto acima, acarretaria, também economias em termos financeiros, porque tais alunos, ou necessitariam de apenas um ônibus, ou nenhum.

Sobretudo, o motivo maior é que a comunidade princesina expressa desejo comum de que tal curso seja implantado na referida escola.

Por todos esses motivos, acredito que, guiados pelo bom senso e desejo real de dar mais escolas e conseqüentemente instrução ao paranaense, princípio que norteia a atual administração, essa Secretaria deferirá o pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado do Interior, solicitando, através da SUREHMA, o problema de falta de água na cidade de Mariluz.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O problema de falta de água no Município de Mariluz vem se agravando nos últimos dias, a tal ponto que os moradores estão pedindo providências junto às autoridades constituídas, tendo em vista a possibilidade de solução do problema através da SUREHMA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao Senhor Secretário dos Transportes, que se digne mandar proceder estudos, para a possível construção de acostamento na estrada que liga as prais de Leste e Pontal do Sul.

A presente solicitação é das mais necessárias, pois o movimento de veículos é elevadíssimo, principalmente na temporada bem como nos finais de semana, em função dos inúmeros balneários existentes naquele trecho de estrada. Atualmente o que existe é um simples refúgio e cada 3 Kilômetros, o que não satisfaz, colocando em risco os veículos que eventualmente tenham necessidade de estacionar por motivos técnicos ou outros que justifiquem tal ato.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, DR. LUIZ CORDONI JÚNIOR, solicitando urgentes providências para a construção de um hospital no Bairro Atuba ou Guaraituba, no Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Colombo, um dos mais populosos integrantes da Região Metropolitana de Curitiba possui somente um hospital com capacidade para 71 leitos, que são insuficientes aos que necessitam de um atendimento médico. Com a construção da obra solicitada em um local estratégico, viríamos beneficiar não só este município, como também os de Campina Grande do Sul, Bocaiúva, Quatro Barras e parte do Município de Piraquara; agilizando sobremaneira o atendimento, propiciando maior presteza contribuindo assim para o salvamento de preciosas vidas, que muitas vezes padecem por falta de um socorro em tempo hábil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Senhor João Alves, parabenizando-o pela reeleição no cargo de Presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor João Alves, ao longo de sua carreira, como sindicalista defensor dos interesses dos trabalhadores rurais de Campo Mourão, tem se demonstrado uma liderança respeitada no meio rural em consequência de sua combatividade e espírito de justiça.

Ao ser reconduzido ao cargo que ocupa, João Alves demonstra que o trabalho, quando bem feito, é reconhecido por todos, conforme o resultado da eleição daquele Sindicato de Trabalhadores Rurais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presentes subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes Dr. HEINS GEORG HERWIG, solicitando urgente provi-

Curitiba, terça, em 15.04.86

dências para a construção de um viaduto, na estrada de acesso da sede do Município de Campo Largo ao Distrito de Bateias, próximo ao posto Bassani na Rodovia do Café.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

No trecho Campo Largo/Curitiba, a Rodovia do Café apresenta grande volume de tráfego pesado; haja vista tratar-se da única ligação NORTE/SUL do Estado, ocasionando dessa maneira dificuldades aos usuários do acesso citado para transpor a mesma, não raro acontecendo acidentes de grandes proporções, como os verificados na última semana santa, quando num período de mais ou menos 6 dias vieram a perder a vida de forma trágica um número aproximado de 15 pessoas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhada correspondência à Secretaria de Estado dos Transportes, pedindo sejam tomadas as providências necessárias à elaboração do projeto de engenharia para a construção da estrada pavimentada ligando Braganey ao Distrito de Londrinópolis, com sua inclusão na Programação de Obras do DER para o exercício de 1987.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A ligação hoje existente entre a sede do Município e seu Distrito se faz através de estrada com deficientes condições de trafegabilidade. Como se trata de uma região eminentemente agrícola, além da dificuldade normal de tráfego, é altamente prejudicado o escoamento da farta produção agrícola local, comprometendo sensivelmente a receita do produtor e, por via de consequência a receita municipal e do Estado. O investimento no asfaltamento dessa estrada será retornado em breve espaço de tempo, justificando-o plenamente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de ofício ao Senhor Governador do Estado, pedindo o afastamento do CORONEL WILSON SANTOS, Comandante do Corpo de Bombeiros, por abuso de autoridade.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1985.

(a) JORGE MAIA FILHO

Líder do PFL

JUSTIFICATIVA:

O Coronel Wilson Santos, Comandante do Corpo de Bombeiros tem tomado atitudes que não condizem com os mais altos interesses da Polícia Militar do Paraná, que honra povo e governo de nosso Estado, manifestando-se de forma facciosa e antidemocrática em termos eleitorais, quando impõem aos seus subordinados a candidatura do ex-comandante da instituição, Coronel Raul Victor Lopes, como sendo o único cidadão paranaense capacitado a ser Deputado neste Estado. Seu afastamento do cargo, recoloca a Polícia Militar como guardião das liberdades democráticas no Paraná, voltando seus interesses a segurança da população. A prevalecer o atual quadro a Polícia Militar passa a ser responsável por um curral eleitoral aos moldes do "coronelismo" tão repudiado pelas forças democráticas que sustentam a Nova República.

MEUS COMANDADOS

Esta é a primeira vez que dirijo-me até vocês na condição de Comandante do Corpo de Bombeiros, por isso manifesto neste documento a satisfação de comandar uma tropa dedicada, técnica, eficiente, disciplinada e altamente cônica de seus deveres.

Espero que vocês continuem colaborando comigo como sempre o fizeram, nas mais variadas funções que exerci, durante toda minha carreira no Corpo de Bombeiros.

Precisamos, todos nós, trabalhar e cada vez mais nos unir para que possamos colocar nossa organização no local em que ela merece ficar. Isso só conseguiremos com muito trabalho e dedicação.

Estamos vivendo uma nova fase de nossas vidas. O Brasil vive a fase da "Nova República" e por extensão o próprio Estado do Paraná e como não poderia deixar de ser, estamos incluídos na fase democrática e participativa, onde todos contribuem para a melhoria de todos.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República extinguiu aquelas restrições aos militares com relação a participação político partidária, pois hoje a vida em nosso País depende quase que exclusivamente da Política com "P" maiúsculo, digo isso porque é de uma política consciente, responsável e madura.

Nós do Corpo de Bombeiros somos militares, aliás, Policiais Militares e fazemos parte da grande população paranaense e brasileira envolvida nesse processo político. Mais do que nunca representamos uma grande fração da Polícia Militar e dentro dela temos uma grande força. É fora de nós acompanharmos essa fase mais de perto. É hora de nós nos decidirmos politicamente e trabalharmos pelos nossos representantes, ou seja, trabalharmos juntos para colocar-

mos nos lugares onde há necessidade de termos alguém que lute por nós.

Não podemos mais permanecer nessa passividade que vivemos durante 21 anos. É preciso defender nossos interesses e acompanhar mais de perto o que diz respeito à Polícia Militar. Não vamos deixar apenas para o mês das eleições e escolher o candidato de última hora. Não vamos mais permitir que candidatos, "Caçadores de Votos", venham até nós, em cima das eleições, ganhar seu voto e em seguida esquecer-nos. Vamos trabalhar. Vamos exigir nossos direitos. Vamos defender os Interesses da Polícia Militar, pois ela é nossa vida. É dela que tiramos o necessário para atender nossas necessidades básicas e de nossos familiares.

Vamos escolher um candidato que trabalhe por nós (Polícia Militar e em especial Corpo de Bombeiros).

É o momento de elegermos um representante de nossas fileiras, no Legislativo Estadual.

Assim precisaremos de você, permanentemente mobilizado, trabalhando para nosso candidato, Coronel RAUL VICTOR LOPES, a fim de sermos vitoriosos em Novembro de 1986.

WILSON SANTOS - CEL QOBM
CMT DO CB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo assinado, na forma regimental, REQUER seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor HEINS GEORG HERWIG, MD Secretário de Estado dos Transportes, solicitando para que o DER - Departamento de Estradas e Rodagem promova a construção e recuperação do acostamento do trecho que liga Ponta Grossa a Castro, desde o posto Presidente até as proximidades da ponte sobre o Rio Pitangui.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

Referida reivindicação refere-se ao fato de que no mencionado trecho o tráfego é intenso, passando por ali todo movimento de veículos advindos de Curitiba, São Paulo e Norte do Estado do Paraná e, por falta de condições de uso do acostamento, tem ocorrido inúmeros acidentes inclusive com vítimas fatais.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 66/86
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade

Pública a "Creche Mariinha", com sede e foro em Campo Largo.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social e filantropia, de Campo Largo de acordo com as finalidades estatutárias.

A documentação que anexo apresentamos, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos na legislação que trata o instituto da utilidade pública em nosso Estado.

PROJETO DE LEI N. 67/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - fica declarada de Utilidade Pública a AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

A AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária é uma entidade autônoma, sem fins lucrativos, a qual vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade, de Araucária (PR) nos termos das suas disposições estatutárias.

Assim sendo, é justo que mereça o reconhecimento público estadual, o que estamos propondo à consideração dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 68/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Santa Rita de Cássia, Lar Iracy Dantas de Andrade, com sede nesta Capital.

Art. 2.º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) IVAN GUBERT

JUSTIFICATIVA:

Fundada e 11 de abril de 1982, a As-

Curitiba, terça, em 15.04.86

sociação de Santa Rita de Cássia, Lar Iracy Dantas de Andrade, com sede na Vila Hauer, a Rua Padre Dehon n. 728, nesta Capital, é uma Sociedade Civil de caráter filantrópico educativo e de assistência social, que tem por finalidade específica a assistência aos idosos.

Esta meritória entidade, que não tem fins lucrativos, objetiva dar assistência e amparo aos idosos, principalmente os mais carentes, de ambos os sexos, independentemente de credo, cor, naturalidade ou filiação partidária.

Sua manutenção será feita através de contribuições espontâneas, doações ou subvenções de órgãos públicos em geral.

Necessário se faz que o Estado reconheça esta condição, a fim de que dita associação possa melhor atender à sua filantrópica finalidade.

Propomos, portanto, o presente projeto aos nobres Senhores Deputados, para que o mesmo venha a ser transformado e lei.

PROJETO DE LEI N. 69/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder a efetivação dos atuais servidores que exercem há mais de 2 (dois) anos, as funções de Auxiliar de Secretaria e Auxiliar de Serviços Gerais, na carreira de Auxiliar Administrativo, Padrão "A", respectivamente, do Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo, através de processo Seletivo Interno.

Art. 2.º - Dentro de 30 (trinta) dias, o Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Administração pública tem contratado servidores para exercerem as funções de Auxiliar de Secretaria e de Auxiliar de Serviços Gerais, em convênio com os municípios.

Esses servidores foram admitidos a título precário, mas vários deles continuam exercendo as referidas funções há mais de 2 (dois) anos, sendo justo, portanto, que lhes seja concedida a oportunidade de serem efetivados, através de Processo Seletivo Interno.

EM TEMPO: Vale a entrelinha do Art. 1.º.

PROJETO DE LEI N. 70/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Pa-

DECRETA:

Art. 1.º - A Estrada PR-182 trecho de Santa Isabel do Ivaí à Tapira, passa a denominar-se Rodovia TILDO MAZZARINO.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 15 de abril de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoio: Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei que estamos apresentando, tem a finalidade de homenagear o saudoso TILDO MAZZARINO, recentemente falecido na cidade de Santa Isabel do Ivaí, onde dedicou parte de sua vida para o engrandecimento daquela região conforme bem demonstra esta justificativa.

Ao longo de sua existência as pessoas ou passam e desaparecem sem deixar marcas na memória dos outros, ou marcam profundamente sua passagem pelas realizações de grandes feitos ou por característica pessoal de bom relacionamento com sua comunidade.

A vida de TILDO MAZZARINO, foi uma mescla de grandes atos e de grande participação na sociedade, tendo marcado sua atuação na cidade pela fundação do C.T.G. Fronteira Paranaense, sendo seu Patrão, além de outras realizações de benemerência na região. Nunca deixou de militar na política pela atuação no Partido do Movimento Democrático Brasileiro, P.M.D.B., sempre emprestando seu apoio às grandes campanhas eleitorais, caracterizando-se sempre pela moderação sem radicalização.

TILDO MAZZARINO, nasceu em 04 de agosto de 1946 na cidade de Encantado no Rio Grande do Sul. Era casado com D. MALBA DE SOUZA MAZZARINO, deixa uma filha JILIANE. Foi ex-gerente do Banco Bamerindus, atualmente exercia as funções de Diretor Administrativo da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Ivaí.

O repentino passamento de TILDO MAZZARINO deixou um vazio difícil de ser preenchido em Santa Isabel do Ivaí e toda a região não, somente entre seus familiares, como com seus colegas de trabalho e toda a comunidade.

A denominação de TILDO MAZZARINO à PR-182, trecho Santa Isabel do Ivaí - Tapira é uma modesta homenagem que o Poder Público prestará a um homem que, em vida, dedicou parte de sua existência às boas causas da região, inclusive como batalhador incansável para a consumação do asfaltamento da estrada que pretendemos dar o seu nome, onde trabalhou diuturnamente junto com o Excelentíssimo Senhor Prefeito Adão de Almeida Ramos, com os Vereadores e

com o apoio deste Deputado para a concretização de um sonho de todo o povo da região, quando pretendiam transferir o asfaltamento da Estrada para Loanda.

TILDO faleceu de repente justamente no dia da assinatura do contrato para o asfaltamento da Rodovia PR-182.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em pronunciamento feito há pouco, através desta Casa de Leis, e em matéria publicada recentemente pela imprensa, o Senhor Deputado Ailton Cordeiro, teceu algumas considerações sobre o desfavorecimento a empreiteiros paranaenses, nas licitações de Londrina e Maringá.

Desconhecemos o uso de Londrina, mas temos o dever de esclarecer alguns equívocos e imprecisões nas referências feitas às obras de Maringá.

Depois de três anos de estudo e entendimentos com as autoridades envolvidas, a Prefeitura de Maringá, por sua empresa de economia mista URBAMAR, lançou a licitação para a readequação do sistema ferroviário local, com melhorias consideráveis em nossos pátios, visando a facilitar às indústrias, atrair novas cargas de Estados vizinhos, notadamente do Mato Grosso do Sul, além de criar condições que pudessem solucionar o grave problema de tráfego existente nas imediações do atual pátio de manobras na cidade de Maringá.

Estas facilidades, Senhor Presidente e Senhores Deputados gerarão a curto, médio e longo prazo, o aquecimento da economia com o natural aumento de tributo, especificamente ICM.

Para viabilizar, no entanto, o empreendimento ferroviário orçado em cerca de 400 milhões de cruzados, a estratégia adotada foi a venda à comunidade de mais de 600.000 metros de área construída, apartamentos e conjuntos comerciais, construção esta feita nas áreas liberadas com a mudança do pátio ferroviário.

Os parâmetros do empreendimento implicam na escolha de firmas de elevado potencial econômico e comprovada capacidade técnica, mas, as exigências do edital não extrapolam os volumes físicos da obra. Não houve, nem seria possível, dentro dos limites legais, nenhuma tentativa de prejudicar as firmas estaduais, por parte da Prefeitura do Município de Maringá.

Do mesmo modo, não houve nenhuma preocupação em desqualificar as empresas do Estado do Paraná. A grande preocupação é que as licitantes tenham condições reais

de financiar a obra até à venda dos imóveis construídos.

Quanto às multas e juros demora nos atrasos de pagamento, não contrariam de forma alguma, o próprio plano de estabilização do Governo Sarney, até mesmo porque a Prefeitura de Maringá é conhecida por sua pontualidade em saldar os compromissos da administração pública.

Não se pretende, de forma alguma, construir em Maringá, uma estação de metrô, como sugeriu o Deputado Airton Cordeiro. Apenas, haverá no projeto global um espaço para que haja um lugar para ela, atentando para a realidade, de que, como cidade pólo, Maringá caracteriza-se pelo crescente emprego de soluções alternativas dentro da previsão de crescimento e de soluções ferroviárias para o transporte de passageiros.

A concorrência, de forma alguma, tem qualquer ligação com objetivos de favorecer uma possível candidatura com o Governador José Richa à Presidência da República. Tais afirmativas ou ligações não passam portanto, de intensa desconsideração aos propósitos sérios pelos quais se norteia a administração comunitária de Maringá.

A concorrência atendeu a todos os quesitos legais de divulgação no Diário Oficial do Município, do Estado, na imprensa local e nacional. A divulgação funcionou, porquanto houve manifestação de inúmeros interessados. As condições são as mais amplas possíveis, e continuam abertos os canais de acesso aos interessados de acordo com os dizeres do próprio edital.

Muito obrigado (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Augusto Carneiro

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Ocupo esta tribuna, neste Pequeno Expediente, para dar cumprimento a uma das obrigações que nós Parlamentares exercemos nesta Casa. Que é a de termos a ressonância e o reflexo dos anseios, das aspirações, dos sentimentos e também das aflições do povo que aqui representamos. E a minha cidade e a cidade de outros Parlamentares desta Casa, viveu nesta última semana dias angustiosos, tristes, desesperadores, por um fato que se tornou conhecido não só neste Estado, mas em toda esta Nação. Um fato de um seqüestro e coma morte de um menino de uma família conhecida na cidade de Campo Mourão, e que abalou a estrutura e a tranqüilidade do povo trabalhador daquela cidade, e que se agravou em muito a aspiração e a tranqüilidade da so-

cidade mourãoense. Por esta razão nos sentimos na obrigação de registrar nos Anais desta Casa, nesta hora em que Campo Mourão vive uma dor profunda e uma grande tristeza, não só pela perda de uma criança, de forma trágica e violenta, como ocorreu, mas porque a sociedade mourãoense se sente no presente momento, intranqüila e insegura, não só pelo fato do seqüestro e do crime, mas todos os fatos criminosos que aconteceram na última semana. Várias casas foram roubadas. A Igreja central da cidade de Campo Mourão também sofreu nos últimos dias uma invasão e roubo. A sociedade mourãoense por esta razão, está, inclusive pelo que soubemos hoje, se reunindo numa grande passeata de protesto, de união e de busca de caminhos, para buscar, quem sabe, a sua tranqüilidade.

Nós não queremos aqui, sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer acusações a quem quer que seja, porque sabemos que estes fatos tristes de aumento de criminalidade têm ocorrido em toda a parte da sociedade brasileira, e por isso não é um fato isolado na minha cidade de Campo Mourão. Mas o que sabemos também, e é verdadeiro, de que cabe ao Governo e ao Estado, enfrentar os problemas de aumento da criminalidade. E para isso alguma coisa deve ser feita, e desta tribuna, nesta hora, nós chamamos a atenção do Governo como um todo, chamamos também a atenção da Segurança deste Estado, para que possa, não responsabilizando ninguém pelo fato acontecido, mas que possam dar uma tranqüilidade maior e uma perspectiva de segurança ao povo da nossa cidade.

Deixo este apelo, ao mesmo tempo que fiz requerimento de profundo pesar, pelo que ocorreu em Campo Mourão, mas deixo este apelo às autoridades, às autoridades constituídas e competente para que analisem com profundidade, e que tomem este exemplo que aconteceu em Campo Mourão, para poder quem sabe, agir de uma forma que possa oferecer uma segurança à nossa sociedade.

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente,, Srs. Deputados.

Queremos trazer ao conhecimento desta Casa, o que se passa nos meios da Polícia Militar do Paraná. O Coronel Raul Victor Lopes está se utilizando do dinheiro do povo do Paraná para fazer sua campanha para Deputado estadual. O Coronel Lopes deixou o comando da Polícia Militar, em favor do seu amigo íntimo, Coronel Sérgio Mas-

teck Ramos, sob a condição de que este lhe garantisse todo o apoio logístico à sua campanha política.

Como se não bastasse este esquema eleitoral na Polícia Militar, o Coronel Raul Lopes consegue manobrar, Senhores até mesmo a Associação da Vila Militar, onde o Coronel Sérgio é o Presidente, e o Comandante de Estado Maior, Nilson Teixeira de Farias ocupa a Vice-Presidência.

O que é lamentável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que as instalações da Vila Militar, vejam os Srs., por incrível, por mais absurdo que possa parecer, foram gentilmente cedidas, para que o Coronel Raul Lopes monte o seu Comitê Eleitoral; e já existe até uma ação popular impetrada pelo ex-Deputado José Domingos Scarpellini, que pertence ao PMDB, contra os abusos cometidos pelo Coronel Raul Lopes.

Estou recebendo inúmeras reclamações de efetivos da Polícia Militar, pela forma como a Diretoria da Associação da Vila Militar conduz os trabalhos daquela Associação, cada associado contribui com a importância de duzentos cruzados.

No entanto, nos balancetes de prestação de contas nunca vieram a público essa contribuição; causando revolta aos valerosos membros da Polícia Militar, pois, estes não podem reclamar, já que são subordinados aos dois coronéis, e que são os chefões da campanha política do Coronel Raul Lopes.

Diante das reclamações dos efetivos da Polícia Militar, contra a conduta do Coronel Raul Lopes para conseguir o objetivo de conquistar uma cadeira nesta Casa de Leis, quero Sr. Presidente, Srs. Deputados, apelar diretamente ao Governador José Richa, que interceda e interfira e intervenha na Corporação.

As despesas da PM são custeadas pelo povo, e as despesas da Associação da Vila Militar, pelos soldados, pelos sargentos e pelos oficiais. Não é justo e nem legal que o Coronel Raul Lopes utilize da Corporação para se eleger Deputado Estadual.

Se o Governador José Richa não tomar providências, é evidente que haverá prejuízos para seu próprio Governo, porque a atitude, o abuso do Coronel Raul Lopes está prejudicando, inclusive, os Deputados da Bancada do PMDB desta Casa, os demais candidatos pelo PMDB, a uma cadeira nesta Casa de Leis, e os candidatos a Deputado, de um modo geral.

Porque o candidato Raul Victor Lopes, é um homem que se afastou do comando, mas, na verdade continua comandando a Polícia e continua usando até as instalações da Associação da Vila Militar, numa atitude inédita no Brasil, transformada num Comitê, do candidato a Deputado, Raul Victor Lopes.

É esse, Senhor Presidente o protesto que lavramos aqui por esse abuso, por essa vergonha que está ocorrendo no meio da Polícia Militar, revoltando soldados, cabos e sargentos.

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já há muito tempo eu não subia nesta tribuna para dizer aos nobres Deputados desta Casa, aos meus companheiros, ao Paraná e fazer um pronunciamento. Quero confessar aos Senhores Deputados que aqui estão presentes, aos meus amigos e aos meus companheiros que nós não estamos preparados com documentos e nem um discurso para falar sobre o nosso partido de origem, que é o Partido Trabalhista Brasileiro.

Queremos comunicar a esta Casa - já fizemos oficialmente ao Presidente deste Poder - na data de hoje, que nós estamos filiados ao Partido Trabalhista Brasileiro. Espero que comigo virão mais Senhores Deputados Estaduais como ontem, o ilustre Deputado Erondy Silvério também se filiou ao Partido Trabalhista Brasileiro.

Espero que tenhamos muitos Prefeitos do Interior e muitos companheiros. A nossa filiação, Senhor Presidente, se prende a uma única coisa: não temos mais intenção e não vamos disputar a eleição. Não queremos deixar esta Casa sem participar pelo menos de uma comissão. Já desligado há muito tempo do Partido Democrático Social que nos deu a legenda nesta legislatura e por cinco mandatos pela ARENA, não poderíamos deixar de reconhecer que companheiros hoje que estão no Partido da Frente Liberal, que estão em diversos partidos e que por nós foram liderados os Prefeitos, os vereadores e os nossos companheiros, queremos respeitar a oposição de todos os companheiros que nos trouxeram para esta Casa.

Ainda na data de hoje, tive a oportunidade de conversar com três Prefeitos, dois deles filiados ao PMDB, e um deles não concordava com a minha filiação no PTB. Mas, quero que eles saibam que eu concordo que eles apoiem o candidato que seja da sua conveniência, tanto a Deputado Estadual, a Deputado Federal e como a Senador, mas queremos deixar bem claro na tarde de hoje que estamos já há muito tempo para nos filiar ao PTB. Aguardávamos que um ou dois Deputados pelo menos viessem conosco, e isso não se prende a conchavos de gabinetes e nem participamos de reunião do Partido Trabalhista Brasileiro, e as nossas bases, nós voltamos para a

nossa origem, e fomos Vereador eleito pela primeira vez pelo Partido Trabalhista Brasileiro, e entro no Partido como simples soldado de hoje. Quero dizer aos Senhores Deputados, a todos os meus amigos desta Casa que aqueles compromissos que eu já assumi nas minhas bases aonde disputei a minha eleição, vou respeitar, na legenda que ele estiver. Quero que conste dos Anais desta Casa, para que ninguém venha me cobrar no dia de amanhã. Ficou bem clara a minha posição, para que pudesse me filiar ao PTB e nós vamos escolher, numa convenção soberana junto com todos os companheiros, os nossos candidatos a Senador, a Governador do Estado. Não tenho nenhum compromisso pessoal hoje, porque quem deve ter o compromisso, é o nosso Partido, são as nossas bases e nós vamos procurar fazer nos nossos municípios, em todo o Paraná, as nossas Comissões provisórias e o Diretório do Partido Trabalhista Brasileiro, numa convenção soberana, saberá escolher os nomes dignos e honrados que deverão representar o Estado, como Governador e Senador deste Estado. Trago aos meus amigos, que me conhecem há muitos anos, a minha lealdade e o meu companheirismo, por aqueles que foram meus companheiros, meus amigos, eu darei o troco, o troco da gratidão, de responsabilidade, de amor e carinho por esta Casa.

Obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desde hoje, os estudantes de Agronomia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, encontram-se em greve. O motivo dos estudantes de Agronomia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, deve-se ao não cumprimento, pela Reitoria daquele estabelecimento de ensino, no sentido de melhorar a qualidade de ensino dos estudantes que lá estudam.

Ponta Grossa fez um barulho enorme. fez uma confusão enorme há tempos atrás, para que fosse criado o Curso de Agronomia na Universidade estadual. Já na época eram alertadas as lideranças de Ponta Grossa, no sentido de que não basta apenas a criação de um curso, mas é necessário que este curso tenha viabilidade no sentido de formar profissionais competentes.

Criaram o curso e hoje nós temos em Ponta Grossa, a Faculdade de Agronomia que não corresponde às expectativas dos alunos e não corresponde à expectativa da sociedade, no sentido de proporcionar uma qualidade de ensino à altura dos profissio-

Curitiba, terça, em 15.04.86

nais que irão se formar naquele estalecimento.

Este é um ônus, um ônus do Governo Estadual, é um ônus da Secretaria da Educação, é um ônus da Universidade Estadual no sentido de não aplicar comumente, verdadeiros "contos do vigário" em estudantes que se preparam para o vestibular, passam no vestibular e depois não encontram, dentro da Faculdade, as condições mínimas de ensino e não serão profissionais adequados no futuro.

O currículo mínimo da Universidade de Ponta Grossa não satisfaz as exigências, não vem fazendo escola no sentido de que os alunos possam aprimorar os seus conhecimentos. O Quadro docente está recheado de imperfeições. Laboratório e material de pesquisa inadequados. Não existe transporte sequer para os alunos da Faculdade de Agronomia deslocarem-se ao campo no sentido de aproveitarem melhor os ensinamentos. Não tem pesquisa. Universidade sem pesquisa, Universidade que não dá condições ao aluno de praticar e não se adaptar à tecnologia, mas de descobrir em escalas novas, tecnologias necessárias para a nossa realidade, não está cumprindo o seu papel social e infelizmente, a Faculdade de Agronomia de Ponta Grossa e principalmente da direção da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Os estudantes deliberaram, no dia 7 de abril de 1986, que, se estas condições não fossem restabelecidas, eles entrariam em greve, a partir de hoje; as condições não foram restabelecidas e passam a entrar em greve, desde hoje, por tempo indeterminado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, como membro da Comissão de Agricultura e como Deputado Estadual, deixo aqui registrado nos Anais da Assembléia Legislativa, o nosso inteiro apoio à greve dos estudantes de Agronomia, no sentido de forçar, ao Governo Estadual, que, passe a cumprir as suas obrigações sociais, que não são necessariamente, favores, mas são obrigações com centenas de estudantes que fizeram vestibular, e que hoje estão reclamando por melhor qualidade de ensino!

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O Secretário Fernando Ghignone, utilizando a voz do Deputado Tadeu Lúcio Machado, em seu pronunciamento do dia 10 próximo, tachou repetidas vezes este Deputado de "INOCENTE ÚTIL".

Pelo que se conhece da situação de sua Excelência frente à Pasta da Cultura e do Esporte e, principalmente pela avalanche de críticas e denúncias à imprensa sobre seus desmandos, suas tiranias, sua incompetência e seu comportamento nada compatível com o alto cargo que ora ocupa, somos de opinião que "INOCENTE ÚTIL" é o Secretário Fernando Eugênio Chignone, quando se deixa embriagar ou mesmo manipular por colaboradores cmissos, bajuladores e subser-vientes.

Quero deixar registrado nesta tribuna, Senhores Deputados, que compartilho também da opinião de muitos que vivenciaram e vivenciam o descalabro que é a Secretaria da Cultura e do Esporte, quando acham que o Secretário Fernando Ghignone não é um "INOCENTE ÚTIL", mas sim um "CULPADO ÚLTIL", quando vem contribuindo com fartura de fatos, para a crescente e já irremediável desmoralização do Governo José Richa, particularmente, na área cultural.

O Secretário Fernando Ghignone é um "CULPADO ÚLTIL" para todos aqueles que entenderam, pela atuação ditatorial, desastrosa do mesmo naquela Pasta, que "A MENSAGEM DEMOCRÁTICA DO PMDB", transformou-se em ações que afrontam, que agredem, que violentam, os que ainda lutam pela implantação concreta e definitiva, da democracia neste Estado e neste país.

Este Deputado não se permite, como nunca permitiu ao "PAPEL DE CRÍTICO VELA-DO", como quer fazer crer o Secretário Fernando Ghignone, pela voz do Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Este Deputado e os Senhores Parlamentares são testemunhas disso, sempre se posicionou com clareza, honestidade e determinação, na defesa dos interesses do povo paranaense e na denúncia de irregularidades.

Logo no início do seu discurso o Deputado Tadeu Lúcio Machado afirma que só nos dirigimos duas vezes ao Secretário, por telefone, "para pedir a nomeação de Mariza Bertoli como Diretora do Museu de Arte Contemporânea e depois para pedir esclarecimentos sobre a exoneração da mesma".

Percebe-se que o assessor da SECE que orquestrou a defesa do Senhor Secretário, chegou na Secretaria ou talvez na cidade, depois da primeira leva de exonerações, que aliás foram fatalmente criticadas através da imprensa e portanto incorreu em erros grosseiros.

Nunca solicitei o cargo de Diretora do Museu de Arte Contemporânea para minha atual assessora.

Apresentei sim, uma profissional de alta especialização na área de competência daquela Secretaria, já que é funcionária estadual.

Portanto ela não buscava emprego mas

tão somente uma adequação de função.

Assim a nossa iniciativa se louva no programa do Partido.

Também não pedimos esclarecimento sobre sua exoneração porque a crítica especializada já havia comentado o trabalho que ela desenvolvera no Museu.

Registramos voto de louvor a ela pelo trabalho realizado e saudamos a nossa Diretora eleita pela classe.

Considero oportuno incluir neste pronunciamento o depoimento de Mariza Bertoli.

"O Deputado Tadeu Lúcio Machado, confundiu imunidade parlamentar com irresponsabilidade como cidadão, ao acusar-me de corrupção no seu delírio de defesa apaixonada ao Secretário da Cultura e do Esporte".

Senhores Parlamentares, o Secretário de Estado, que se diz companheiro de eminentes personalidades com Darcy Ribeiro, Geraldo Melo Mourão ou o poeta Bandeira de Melo, entre outros expoentes, e que "representa o Paraná no mais importante Colegiado da Cultura deste País" (pág. n. 15), usa como ponta-de-lança do seu discurso de defesa, Mariza Bertoli, exonerada há dois anos do cargo de diretor do Museu de Arte Contemporânea do Paraná.

Não lhes parece pelo menos estranhável o fato de que uma mulher supostamente exonerada por corrupção e incompetência possa "orquestrar" a desestabilização da eficiente Secretaria da Cultura?

Porque este Secretário não admite o debate aberto com a classe indignada, ao invés de tentar desmoralizar todos os que ousaram questionar sua postura fascista?

Senhores, dediquei minha vida à arte, ao ensino e à compreensão do nosso universo cultural.

Preparei-me durante anos e anos para exercer com propriedade e competência o trato com o patrimônio cultural.

Busquei minha formação numa "escola" socialista, fora do Brasil, por discordar da ideologia que impregnava de despotismo as ações e preservações do nosso patrimônio, padronizando procedimentos e centralizando as decisões que eram sempre condicionadas primeiro aos interesses financeiros e não aqueles da comunidade.

Quando o Governo de mudança do PMDB assumiu o poder, pensei que havia chegado a minha vez de realizar os projetos que vinha preparando no meu exílio profissional.

Por um ano me dediquei inteiramente ao Museu de Arte Contemporânea, trabalhando de dez a doze horas diárias, mesmo nos sábados e domingos.

Havia tudo por fazer.

Tenho a certeza de que desempenhei bem aquela função e disponho do testemunho dos

que comigo trabalharam a excelente equipe de funcionários do MAC.

Atestam ainda o meu desepenho todos os que vieram trazer sua colaboração espontaneamente, oferecendo doações, sugestões, ou atuando junto à equipe do Museu.

Os artistas me receberam com confiança e participaram das ações com entusiasmo durante a minha gestão.

Apesar de todas as pressões sofridas, das humilhações e ingerências constantes com que a cúpula da Secretaria da Cultura tentou obrigar-me a pedir demissão, consegui realizar as estruturas básicas de um trabalho que hoje, o Senhor Secretário ostenta orgulhosamente.

Este breve depoimento é pleno de indignação e mágoa, mas não é vingativo.

Clamo por justiça - que todas as acusações de corrupção feitas ao meu nome e as dúvidas lançadas levianamente sobre minha conduta - profissional, pelo Deputado Tadeu Lúcio Machado, sejam imediatamente esclarecidas.

Não aceito simplesmente retratação, exijo uma investigação nas fontes com base em provas consistentes.

Disponho de testemunhas e documentos.

Quero saber o que sustenta as afirmações deste Parlamentar que, usando das prerrogativas que lhe foram conferidas pelo voto popular, bajula vergonhosamente o poder, mesmo que tenha que enlamear o povo, desacreditar e agredir uma classe de trabalhadores que cobra as promessas do PMDB em campanha.

Dizer que só me dirigi duas vezes a essa Secretaria de Estado é mentira.

É necessário que se recorra aos Anais desta Assembléia Legislativa para que se tenha idéia correta da nossa atuação com relação a área da Cultura; já que não jogo futebol com o Senhor Secretário:

- 06/06/84 - Solicitação do Inventário de Acervo de Bens Culturais no Estado do Paraná, com registro das baixas acusadas;

- 27/06/84 - Requer voto de regozijo à menina Silvana Lisboa de Miranda, paranaense que representará o Brasil na 6.^a Gala Internacional dos Pequenos Cantores, em Lisboa;

- 03/10/84 - Requerimento solicitando as providências para o tombamento histórico das terras de ocupação imemorial das nações indígenas no nosso Estado;

Considerando a questão indígena, por várias vezes tratada por nós, também da alçada daquela Secretaria da Cultura.

- 07/11/84 - Requer envio de expediente ao Senhor Presidente da PARANATUR, solicitando agilização de um plano de ação que visa proporcionar aos escolares do Paraná a oportunidade de conhecer nossa terra;

Curitiba, terça, em 15.04.86

Consideramos também esta questão, pertinente à área da Cultura.

- 01/04/85 - Requer pedido de informações a respeito de questões relativas ao Inventário, Registro Técnico, Conservação e Restauração;

Ilha do Mel e Fortaleza da Barra de Paranaguá;

Cartilha ou Revista Lúdica Graiha Azul;

- 29/05/85 - Projeto de Lei que cria a Assessoria Cultural na - Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

(Aprovado nas duas primeiras discussões): E até hoje esperando seu retorno para 3.^a Discussão e com a Graça de Deus, conseqüente aprovação.

- 27/05/85 - Pedi esclarecimentos a respeito das exonerações de Oraci Gemba do cargo de Superintendente da Fundação Teatro Guaíra e de Yara Sarmento do cargo de Diretora de programação da mesma Fundação e da Dra. Elisa Martins da Coordenação do Curso Superior de Artes Cênicas.

Isto, entre outros projetos de lei que incluem a participação dessa Secretaria da Cultura.

Falamos "EM DESACERTOS DA SECRETARIA DA CULTURA": afirmamos que "A PRAXIS NÃO CORRESPONDE A TEORIA"; falamos "AÇÕES MAL PLANEJADAS E CONDUZIDAS APRESSADAMENTE AO LADO DE INTERESSES PARTICULARES EM DETRIMENTO DO SOCIAL". Fica registrado então que não apenas duas vezes dirigi-me aquela Secretaria da Cultura.

Este Deputado não está "mal informado" nem é "faccioso", como quer fazer crer o Secretário Fernando Ghignone, pela voz do Deputado Tadeu Lúcio Machado.

As críticas e as denúncias sobre essas e outras práticas do Secretário da Cultura, são trazidas não só ao gabinete deste Deputado nesta Assembléia Legislativa, elas estão estampadas quase que diariamente nos jornais, numa prova cabal desses fatos lamentáveis, cujas denúncias, aliás, nesses três anos de gestão, não têm sido devida e amplamente rebatidas, como seria de se esperar de quem diz que está com a verdade.

Pode-se constatar então, que o desinformado sobre o "babel" que é a sua Secretaria, é o seu próprio titular.

Ou ainda, o que é mais grave, sua Excelência, querendo "tapar o sol com a peneira", vai as raías do atrevimento em desrespeitar o alto cargo que ora ocupa; atreve-se a desrespeitar o Governador José Richa, atreve-se a desrespeitar esta Assembléia Legislativa, atreve-se a desrespeitar e a agredir o povo deste Estado, faltando descaradamente com a verdade em suas declarações.

Os fatos apontados por este Deputado que foi e é porta-voz do povo paranaense,

são denúncias feitas, de forma verbal e através de documentos.

As acusações feitas por este Deputado não são "ACUSAÇÕES VAZIAS" como quer fazer crer o Secretário Fernando Ghignone pela voz do Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Elas tem conteúdo e verdade, são assumidas e garantidas em palavra e assinaturas.

O Secretário da Cultura tem ainda a petulância de afirmar, pela voz do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que "QUEREMOS HUMILDEMENTE, EM TODOS OS MOMENTOS, CONHECER OS NOSSOS DESACERTOS; TEMOS O COMPROMISSO DEMOCRÁTICO DENTRO DAS POSSIBILIDADES DO GOVERNO E POR CONVICÇÃO FILOSÓFICA A DISCUSSÃO AMPLA EM TODOS OS NÍVEIS".

Ora, Senhores Deputados, "brincadeira tem seu momento".

Na reunião da Bancada do PMDB, há poucos dias, em razão do chamamento do Secretário Fernando Ghignone para que prestasse esclarecimentos, este Deputado não pode participar acompanhado de seus assessores e de pessoas que bem conhecem a verdade dos fatos e, ao Secretário foi permitido fazer-se acompanhar de seus colaboradores.

No sistemático horror a questionamentos que o Secretário da Cultura tem demonstrado ter; na contínua responsabilização de pessoas alheias às decisões de cúpula, pelos estragos que vêm ocorrendo na área cultural; pelas denúncias da ausência e da impossibilidade de diálogo; da marginalização e até perseguição daqueles que ousam opinar e questionar as ações daquela Pasta, fica patente que o Secretário fez incluir no pronunciamento do Deputado Tadeu Lúcio Machado, um texto da tragicomédia que escreveu com suas inverdades e seus desmandos, a qual, para infelicidade deste Estado, já está inserida na história da Secretaria da Cultura e do Esporte do Paraná.

Repito ainda, mais uma vez, Senhores Deputados, que não admito a acusação de que estou "SENDO USADO POR ENTIDADES COMO A CHAMADA "RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA" PELA REABILITAÇÃO DE CULTURA DO PARANÁ".

Este Deputado refuta com veemência, uma vez mais, a declaração de que as denúncias são "CRIADAS POR PESSOAS SEM ROSTO, SEM NOME".

As denúncias a que o Secretário Fernando Ghignone se refere pela voz do Deputado Tadeu Lúcio Machado, foram escritas e assinadas na publicação "OPÇÃO CULTURAL".

Quem assina tem rosto e consta em nossos arquivos e tem nome.

O Secretário da Cultura tenta assumir papel de vítima, quando pela voz do Deputado Tadeu Lúcio Machado declara, "VOLTANDO A SUA IRA - DESENFREADA CONTRA O TITULAR DA SECRETARIA DA CULTURA E DO ESPORTE".

Não se trata em absoluto de "IRA DESENFREADA", trata-se isso sim da mais profunda indignação, sentida por quem abomina as práticas que colocaram o Secretário na berlinda e, principalmente, a sentida por todos aqueles que foram e são vítimas da insânia, do espírito vingativo e do delírio de autoridade e poder que, temos visto o Secretário Ghignone parece ser portador.

"FRAGRANTE DEMONSTRAÇÃO DE FALTA DE CARÁTER E OPORTUNISMO", tem dado ao Secretário da Cultura com seu comportamento desastroso e com a cobertura que tem oferecido a alguns de seus colaboradores que, a exemplo do chefe, desatinam-se nos mais condenáveis desmandos.

A afirmação que o Secretário Fernando Ghignone fez através do Deputado Tadeu Lúcio Machado, de ser a situação ora denunciada "ORQUESTRADA POR PESSOAS QUE DEIXARAM OS QUADROS DAQUELA CASA POR INCOMPETÊNCIA - POR DESLEALDADE E ATÉ CORRUPÇÃO", pela sua gravidade, torno a exigir, essa declaração tem que fazer-se acompanhar pela relação dos nomes daqueles que efetivamente foram exonerados pelas razões apontadas. Este Deputado exige que o Secretário da Cultura forneça a esta Assembléia essa relação, para que aqueles que são inocentes não sejam julgados como culpados.

Irresponsável e inconseqüente continuará sendo o Secretário - Fernando Ghignone se não encaminhar, no mais curto prazo de tempo, para conhecimento desta Assembléia Legislativa e do povo do Paraná, a listagem nominal dessas pessoas, com destaque àquelas que foram exoneradas por corrupção.

Que o Secretário encaminhe junto, as provas que sustentam essa acusação, sob pena de cometer, mais uma vez, injustiças e delitos contra a honra, como vez fazendo até o momento, quando fala, ele sim, no mais absoluto dos vazios.

O Secretário Fernando Ghignone atreve-se a declarar à imprensa que fizemos nosso pronunciamento nesta tribuna sobre sua calamitosa atuação frente à Pasta da Cultura e do Esporte, para favorecer-nos nas nossas "PRETENSÕES POLÍTICAS".

Este Deputado nunca precisou usar e nunca usou desses expedientes sórdidos para eleger-se.

O mesmo já não se pode afirmar com respeito ao Secretário da Cultura, quando chegou a ser publicamente denunciado pelo crítico de Dança e jornalista, JOÃO CANDIDO GALVÃO, na Revista "Dançar", n. 13 de 1985.

O Secretário Fernando Ghignone, por acreditar que iria conseguir candidatar-se a Deputado, tentou preparar terreno na Fundação Teatro Guaíra, quando intentou desmembrar a Companhia Oficial de Dança

(Ballet Teatro Guaíra), apesar dos veementos protestos dos integrantes da mesma, uma vez que esse desmembramento inevitavelmente dissolveria a Companhia, pondo por água abaixo um trabalho de muitos anos.

A pretensão do Secretário era levar os bailarinos daquele órgão aos municípios, em pequenos grupos, os quais, através de sua arte, seriam usados como instrumentos para a campanha eleitoral, a qual, é público e notório, já em 1985 sua Excelência começava a organizar.

Escreveu João Cândido Galvão...

"No caso do Ballet Teatro Guaíra, isso significa manter intacto e em funcionamento o seu elenco e o seu repertório.

Qualquer tentativa de fragmentação ou de adaptação facilitadas em nome de uma política, será demagogia criminosa e deve ser combatida a todo custo.

O Secretário Fernando Ghignone tem a obrigação moral de conservar esse bem cultural que não é somente do Paraná, mas de todos os brasileiros".

Os artistas plásticos Wilmar Nascimento e Stela Giuliani, perguntam:

- "Terá o Deputado Tadeu Lúcio, noção da dimensão ideológica da palavra corrupção para os diversos segmentos sociais?

Os políticos usam tanto a palavra corrupção no seu cotidiano que chegam a perder dela, o significado.

Ao difamar uma artista como Mariza Bertoli, se colocou contra toda uma classe, que com ou sem cargo no governo, trabalha com ela no dia a dia.

Exigimos do Deputado, clareza e discernimento enquanto indivíduo e enquanto representante do povo, que de repente se torna instrumento do executivo, esquecendo sua função primordial.

A medida em que os representantes do povo se tornam instrumentos manipuláveis, deixam de ser voz do povo. Passam a ser porta-vozes de um suposto poder intocável.

No discurso lido pelo Deputado Tadeu Lúcio, nos marcou a palavra OPORTUNISMO.

- Queremos saber onde o Deputado Osvaldo Alencar Furtado é oportunista;

- No seu envolvimento em defesa da política cultural, que abrange trabalhadores que estão infelizmente consagrados como minoria ou elite?

- Quando atende ao grupo de ínfima representatividade em termos de votos e retorno econômico para a sociedade?

Só há mérito em que parlamentares e outros representantes de segmentos sociais tenham preocupação com tais parcelas da sociedade.

Artistas e intelectuais são em geral usados pela estrutura e levados por seus ideais reformadores e nacionalistas, a participar das campanhas políticas, sendo

Curitiba, terça, em 15.04.86

depois lesados pela mesma estrutura.

Esquece, o Deputado Tadeu Lúcio, que somos molas propulsoras na geração de movimentos sociais e feitos que em última análise, garantem o voto e o pão, a atitude e a atuação dos próprios parlamentares.

Só há méritos em estar na crença, na fé e no crédito que é dado a esta classe - "FACE ANÔNIMA" ou conhecida que se expõe sem armas ao apedrejamento dos políticos de interesse imediato.

Osvaldo Alencar Furtado e Mariza Bertoli trabalham movidos pela sinceridade das intenções, conhecimento de causa e vivência dos percalços da classe.

A atuação deste Parlamentar prova que existe o outro lado, o verdadeiro lado do poder político em defesa da sociedade como um todo, e isso inclui as minorias, como é o caso dos artistas.

Causa-nos estranheza que pessoas que assumem cargos representativos dentro da política cultural, queiram se posicionar comodamente, atirando feitos normas e pedras em todas as direções e não tenham o tino de acatamento do diálogo franco, aos questionamentos, às réplicas e às propostas.

- Terão esses representantes da política cultural do Paraná, falta de confiança nos seus propósitos ao ponto de retomarem seqüelas antigas e gastas criadas pelo próprio sistema, para desculpar atitudes ditatoriais?

- Terá o Poder Legislativo a necessidade de manter apenas parlamentares e representantes que exercitem o monólogo ou repitam a idéia do pressuposto?

Infelizmente ainda hoje há casos em que tira-se tudo do lugar, afastando-se pessoas e permitindo o vácuo - o vazio como substituto e como resposta.

- Está impune o livre exercício da anulação do ser humano, enquanto gente e profissional?

- Onde fica o livre exercício da prerrogativa da política - diálogo de um Parlamentar desde sua campanha em convivência com a comunidade, incluídos os artistas de um modo geral?

- Estamos ainda vivendo o coronelismo ou o saudosismo na réplica da ditadura cultural?

Não aceitamos que seja patrimônio hegemônico da Secretaria da Cultura abordagem dessas questões."

Na impossibilidade de transcrever neste pronunciamento todos os depoimentos de artistas e técnicos a respeito da política de artes plásticas da SECE, queremos nos referir ao manifesto da escultora Stela Giuliani, publicado em 28 de junho de 1984, que na ocasião recusou-se a receber o prêmio do V Salão Paranaense de Cerâmica, pela incoerência da Comissão Julgadora

que rejeitou uma parte da sua obra e premiou duas outras partes da mesma obra.

Diz o manifesto: "Se não há o respeito pelo artista, porque manter uma estrutura para atuar com o trabalho desse artista?"

"Não aceito a inconsistência da Política de artes plásticas, no Paraná."

O manifesto pede respeito, ou seja, equipes técnicas capazes que incluam críticos de arte e pesquisadores, para que não se cometam absurdos que confundem até mesmo a opinião pública.

Na coluna Artes Visuais, publicada na "Gazeta do Povo", em 30 de março deste ano, a crítica de e Adalice Araújo, que é reconhecida internacionalmente, comenta:

"Com muito SIGILO, muita pressa em mostrar serviços em uma área com a qual não se preocupou à altura nestes dois últimos anos, a Direção do Museu de Arte Contemporânea do Paraná (na qual incluiu-se, naturalmente, o seu conselho) está montando a Exposição e Catálogo de um Panorama da Arte Paranaense desde a Pré-história até a Arte Contemporânea.

....

Consequentemente pairam no ar duas perguntas: primeiro por que tanta pressa e segundo porque um roteiro acadêmico e não uma idéia nova?

... ..

A Mostra Tradição e Contradição tinha inauguração marcada para o dia 15 de abril e deveria coincidir com o curso do mesmo nome, promovido pela FUNARTE e SESC, que iniciou em 1. de abril.

A mostra não sairá mais no dia 15 de abril, foi adiada para junho.

Comenta, ainda, Adalice, no mesmo artigo:

Neste aspecto a idéia não é nova, muito pelo contrário, repete o que Jair Mendes (auxiliado por Mariza Bertoli e seguido um roteiro fornecido pela Revista Referência) organizou em 1980, por ocasião do Encontro Nacional de Críticos de Artes, promovido pela Fundação Cultural de Curitiba".

Comenta ainda o absurdo de um projeto paralelo a uma iniciativa já realizada, e sem inovação alguma como "milionário".

Não entendemos o que quis dizer o assessor da SECE, através do discurso do Deputado Tadeu Lúcio, com "desenvolver programas extensivos a todos os segmentos da comunidade".

Será que há um "tipo" de arte para cada um destes segmentos?

Mais adiante, no mesmo discurso, observamos um conceito bem estranho a respeito dos direitos dos cidadãos: ... "mas não permite e não permitirá que qualquer pessoa, com interesses próprios, possa ingerir na ação executiva do setor público".

Gostaríamos de saber, qual a "Classe" de cidadão que a SECE considera com direitos de se interessar sobre o patrimônio público?

É do feitio do titular da Pasta da Cultura, inaugurar realizações omitindo o nome de quem nelas trabalhou ou mesmo de quem foi responsável por elas.

Por ocasião da inauguração da Mostra Artistas Paranaenses na Fundação Alvarez Penteado, em São Paulo, abril de 1984, o Secretário tudo fez para que a Diretora do Museu de Arte Contemporânea fosse demitida antes.

Não conseguindo, inaugurou esta Mostra - na presença do Secretário da Cultura de São Paulo, dos vinte e dois artistas paranaenses que compareceram, além do público - sem mencionar o nome e a presença da Diretoria do Museu.

O fato foi bastante comentado e considerado tão inédito, como o acontecimento da Mostra e a nomenagem dos artistas paranaenses que promoveram, naquela ocasião, um "happening" belíssimo.

O Senhor Secretário, esqueceu também de mencionar que o trabalho "Projeto Experimental I - Preservação Cultural e Ambiental", de 1980 (projeto de preservação de Antonina) de autoria da ex-diretora do MAC, foi levado por ele para o I Encontro de Secretários de Cultura.

Assim como há fato e versão, deve haver também coragem e franqueza para que a verdade vença o engodo e possamos viver a prometida democracia do governo de mudança.

Ou fica como está? Muito obrigado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Osvaldo Alencar, quando Vossa Excelência diz que o ilustre Secretário de Cultura e Esporte fez da sua voz a nossa voz nesta Casa, nós somos bastante responsáveis para assumirmos o que dizemos nesta tribuna. E tomamos conhecimento que Vossa Excelência tomará as medidas judiciais cabíveis, inclusive, processando este Deputado.

Quero dizer a Vossa Excelência que estamos à disposição tanto do Deputado que ocupa a tribuna, quanto da Justiça, para que os fatos sejam levantados e para que nós tenhamos a oportunidade de comprovarmos judicialmente se for o caso, o que afirmamos nesta tribuna.

Agora, o que mais me deixa atônito Deputado é que Vossa Excelência está usando dois pesos e duas medidas, porque ao mesmo tempo que vem criticar o atual Secretário de Cultura e Esportes, Vossa Excelência esquece do que praticou o Secretário de Cultura e Esportes na gestão anterior e

que hoje é companheiro de Vossa Excelência na frente de oposições e que a CPI da Corrupção pedida pelo Deputado Rubens Bueno que está ao nosso lado levantou e comprovou e Vossa Excelência esquece.

Então, veja bem Vossa Excelência o desserviço que está prestando ao Estado do Paraná.

Eu quero que Vossa Excelência processe criminalmente este Deputado, mas ao mesmo tempo exija-se justiça para o Secretário de Cultura e Esportes no Governo anterior que hoje é companheiro do Partido do Governo anterior, que hoje é companheiro de partido da frente de oposição e apoia o vosso irmão como candidato a Governador do Estado.

Portanto, fico atônito e estarrecido, que um Deputado que se diz tentar preservar a democracia, sempre tendo e costuma dizer que tem uma linha de conduta das mais decentes, usa dois pesos e duas medidas.

Aonde está a sua coerência, nobre Deputado?

Isso eu perguntei durante o meu pronunciamento e quero saber mais uma vez, aonde está a coerência de Vossa Excelência?

Muito obrigado.

O Sr. Jorge Maia Filho - Vossa Excelência me permite um aparte? Nobre Deputado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Logo em seguida, Deputado Maia.

Apenas para dizer ao Deputado Tadeu Lúcio Machado, que as cópias taquigráficas do seu desenfreado pronunciamento já se encontram nas mãos de um advogado para proceder a devida interpelação judicial para que Vossa Excelência aponte os corruptos mencionados por Vossa Excelência ou se desminta nesta tribuna, porque neste pronunciamento de hoje desafio a Vossa Excelência a dar o nome dos que foram exonerados. Vossa Excelência teria coragem de dizer que Oraci Gamba foi exonerado por corrupção? Vossa Excelência teria coragem de afirmar que Iara Sarmento foi exonerada por corrupção? Vossa Excelência teria coragem de afirmar que Mariza Bertoli, apenas para citar três nomes, foram exonerados por corrupção e todos os três foram exonerados. Então o nome e a dignidade das pessoas não podem ser chafurdados ou enlameados. Dê o nome as pessoas, ponha o rosto e o nome em baixo, para que o povo do Paraná saiba quem agiu ou não com corrupção.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Se Vossa Excelência tivesse a coragem de discutir comigo neste Plenário, mas Vossa Excelência não teve coragem, recorreu à justiça.

Curitiba, terça, em 15.04.86

Vossa Excelência teve que recorrer à Justiça, porque Vossa Excelência não permite diálogo? (vozes sobrepostas).

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Vossa Excelência hoje não me tirará do sério.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está com a palavra o Senhor Deputado Jorge Maia.

O Sr. Jorge Maia - Muito obrigado, Senhor Presidente, pela sua imparcialidade, muito obrigado, nobre Deputado Alencar Furtado.

O Deputado Tadeu e o Deputado Rubens Bueno, estão ali como Senhores da verdade e os peritos em corrupções e vêm acusar Vossa Excelência de não acusar o Secretário da Cultura do Governo passado. Se na realidade existe, nobre Deputado, dois pesos e duas medidas e se houve do Deputado Rubens Bueno e do Deputado Tadeu Lúcio Machado, a especialidade em fazer CPIs de Corrupção, seria muito justo que eles também propusessem e fizessem a CPI da corrupção do caso do Banco do Estado do Paraguai, do caso dos dólares do Senhor Erasmo Garanhão, do caso do Senhor Simeão, do caso do Senhor Ratton, do IPE, portanto eu acho que não é justa esta defesa do Deputado Tadeu Lúcio Machado e só será justa quando eles também propuserem a CPI dessas corrupções que estão sendo levantadas e não foram até hoje definidas perante a população paranaense.

Muito Obrigado.

O Sr. Rubens Bueno - Permite-me um aparte, Deputado Osvaldo Alencar Furtado?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Na sequência. Agradeço o aparte do Deputado Jorge Maia. (Vozes sobrepostas).

Na oportunidade, concederei a todos os apartes solicitados. Apenas desejo agradecer o aparte do Deputado Jorge Maia, para acrescentar também que em outros documentos de corrupção de homens que ainda estão neste Governo, estão sendo levantados também e gostaria que esta nova CPI fosse solicitada mais uma vez pelo PMDB; concedo o aparte ao Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno - Deputado Osvaldo Furtado, Vossa Excelência conhece o nosso trabalho e conhece a seriedade com que nós conduzimos a CPI da corrupção, aliás Vossa Excelência é um dos Parlamentares que inclusive, ao longo desse trabalho sempre nos orientou no sentido de que tocássemos adiante àquelas denúncias. Com relação ao que o Deputado Jorge Maia Filho, acaba de colocar, lhe falta autoridade moral, lhe falta porque foi um dos que tentou blo-

quear durante todo o tempo a aprovação do relatório final da CPI neste Plenário.

O Sr. Jorge Maia - De forma alguma, eu apenas pedi esclarecimentos, quando tiver os esclarecimentos, nós votamos.

O Sr. Rubens Bueno - Deputado Osvaldo Alencar Furtado, veja Vossa Excelência, que o que colocou o Deputado Tadeu Lúcio Machado com relação ao ex-Secretário de Cultura e Esporte, não é ele que está dizendo e nem eu que sou o dono da verdade, é o laudo grafotécnico do Instituto de Criminalística do Estado, que o ex-Secretário da Cultura e Esporte, Luiz Roberto Soares, que hoje faz parte da frente de oposições do Paraná, falsificou a assinatura do Presidente do Clube Atlético São-mateuense, e falsificou a assinatura do ex-Prefeito de São Mateus.

Portanto, não é o Deputado Tadeu Lúcio Machado e nem o Deputado Rubens Bueno. É o Instituto de Criminalística do Paraná, através de laudo grafotécnico. Isto é que eu queria esclarecer a Vossa Excelência.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Agradeço o aparte do Deputado Rubens Bueno, e como não quero entrar nas questões pertinentes a estas discussões...

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Logo em seguida.

...discussões que foram travadas durante o transcurso da CPI, e parece-me que vai terminar na justiça, ela que se pronuncie no momento oportuno. Concedo aparte ao Deputado Nestor Baptista, que havia solicitado antes.

O Sr. Nestor Baptista - Declino.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Concedo aparte, então, ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, embora faça restrições a algumas colocações que Vossa Excelência tem feito, especialmente com relação ao nosso Primeiro Secretário da Casa. Mas, Vossa Excelência está numa trincheira contra a corrupção e isto realmente dignifica o mandato parlamentar.

Mas, eu pedi mais o aparte a Vossa Excelência porque não aceito as colocações feitas pelo nobre Deputado Rubens Bueno, no aparte que ofereceu a Vossa Excelência. Tive a oportunidade de acompanhar o ex-Secretário Luiz Roberto Soares, quando compareceu nesta pantomima denominada CO-

MISSÃO PARLAMENTAR, para apurar possíveis casos de corrupção do Governo. mas que não se dignificou a analisar nenhum dos casos de corrupção apontados e comprovados no atual Governo.

Portanto, é uma Comissão facciosa, foi uma comissão política, foi uma comissão que teve um único objetivo: não a moralização do serviço, mas a vindita, vingança, contra os adversários da véspera.

E eu estive presente, como ia dizendo a Vossa Excelência a essa reunião, em que compareceu o ex-Secretário Luiz Roberto Soares, que deu cabais explicações com relação a esta assinatura que ele fez, a pedido do Prefeito de São Mateus do Sul, que ele havia feito por telefone, a fim de que a verba fosse liberada a tempo da conclusão daquelas obras. E, naquela oportunidade, o Deputado Rubens Bueno ficou calado, quieto, mudo, e não contestou!

Agora, na ausência do Secretário, ele vem cometer uma falta de ética, e fazer uma denúncia que ele sabe falsa, que ele sabe fria. É evidente que o Instituto de Criminalística comprovou que não era a assinatura do Prefeito, porque o próprio Secretário confessou na comissão, que ele havia apostado a assinatura em nome do Prefeito e a pedido do Prefeito.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e lamento que um Deputado, que tem se conduzido com tanta elegância nesta Casa...

O Sr. Rubens Bueno - Deputado Alencar Furtado, eu gostaria também só de concluir, dizendo que nada tira a elegância de Vossa Excelência. Eu acho que denunciar a corrupção... e eu quero aqui desmentir, inclusive, o que acaba de falar o Deputado Erondy Silvério. Nós, do PMDB, porque o Deputado...

O Sr. Erondy Silvério - Eu não concluí o aparte. Eu estava com a palavra...

O Sr. Rubens Bueno - Quando Vossa Excelência estava falando eu ouvi atentamente.

O Sr. Erondy Silvério - Desmentir é quem é mentiroso. Vossa Excelência é que é mentiroso...

(TUMULTO)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Senhor Deputado Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Para poder dar seguimento a este pronunciamento, o meu interesse não é fazer deste plenário nesta tarde, a sala de um Tribunal de Juri, com acusações. O meu trabalho, neste momento, a minha luta é para que o povo do

Paraná tome conhecimento que a classe dos artistas paranaenses está sendo espezinhada e massacrada, e a dignidade deles não pode ficar no silêncio das palavras mentirosas do Secretário da Cultura e do Esporte. Desculpe, Deputado, o meu interesse não é das querelas e das brigas. (Discussões paralelas).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A palavra está com o Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O Sr. Alencar Furtado - ... para poder dar seguimento a este pronunciamento...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado...

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - ... e o nosso interesse não é fazer deste plenário a sala de um Tribunal de Juri, o meu trabalho, neste momento, a minha luta é para que o povo do Paraná tome conhecimento, a classe dos artistas paranaenses está sendo espezinhada e massacrada e a dignidade deles não pode ficar no silêncio das palavras mentirosas do Secretário da Cultura e do Esporte...

O Sr. Rubens Bueno ... inclusive o Secretário da Cultura e do Esporte...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está com a palavra o Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

(Campainhas)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa solicita aos Senhores Deputados o respeito ao orador que está na tribuna.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - ... concedi a Vossa Excelência o aparte que me solicitou, concedi ao Deputado Erondy Silvério o aparte que me solicitou, e os dois se comportaram cavalheirescamente. Gostaria que me deixassem continuar o meu pronunciamento, para que, com a mesma elegância mencionada por vocês, pudesse concluí-lo.

O Sr. Rubens Bueno (Fala sem som, inaudível).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Esta Presidência concede-lhe dois minutos para que possa terminar o seu pronunciamento.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Reservo-me o direito de, amanhã, se possível for, ou na primeira oportunidade, dar sequência

Curitiba, terça, em 15.04.86

às respostas que organizamos ao Senhor incompetente Secretário da Cultura e do Esporte.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Esgotado o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra à Representação do PTB.

A partir da data de hoje, o Horário dado às Lideranças será de 10 minutos.

O SR. JORGE MAIA FILHO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, nada de querer tumultuar o que Vossa Excelência acaba de dizer, apenas para conhecimento desta Liderança, como são feitas as sequências das chamadas dos Partidos para ocuparem o Horário de Liderança, pelo que me consta um Deputado do PMDB acabou de falar em Explicações Pessoais, tenho a impressão que o Grande Expediente seria do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tendo em vista o noviciado do PTB, a Mesa, em caráter excepcional, concede a palavra à Representação do PTB.

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem) Eu não ouvi direito, Vossa Excelência deu a palavra, Pela Ordem, à Bancada do PTB?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) PTB.

O Sr. Fuad Nacli - Eu como membro hoje do PTB, declino, porque nós estamos aguardando que mais Deputados se filiem ao nosso Partido para que nós possamos escolher o nosso líder.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra à Representação do PMDB. (Declina).

Concedo a palavra à Representação do PDS. (Declina). À Representação do PDT. (Declina). À Representação do Partido da Frente Liberal. Concedo a palavra ao Senhores Deputados que têm dez minutos para o Horário das Lideranças.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiramente, o Partido da Frente Liberal, vem cumprimentar os novos membros da Bancada do PTB, que hoje engrandecem esta Casa dentro de um espírito democrático, fazendo com que as opções partidárias sejam válidas neste País.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, entramos no dia de hoje com um requerimento endereçado ao Senhor Governador do Estado, em que diz o seguinte: "O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, envio de ofício ao Senhor Governador do Estado, pedindo o afastamento do Cel. Wilson Santos, Comandante do Corpo de Bombeiros, por abuso de autoridade.

E explicamos o porquê, Senhor Presidente, Senhores Deputados, chegou ao nosso conhecimento, por conseqüente chegou em nossas mãos, um manifesto assinado pelo Cel. Wilson Santos, Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, em partes do manifesto, diz o seguinte: "Meus comandados, esta é a primeira vez que me dirijo até vocês na condição de Comandante do Corpo de Bombeiros, por isso manifesto neste documento a satisfação de comandar uma tropa dedicada, técnica, eficiente, disciplinar e altamente cônica de seus deveres ...".

O manifesto é um pouco extenso. Vou ler alguns trechos deste manifesto, em que ele diz o seguinte: Não vamos deixar apenas para o mês das eleições a escolher os candidatos de última hora. Não vamos mais permitir que candidatos, caçadores de votos, venham até nós, em cima das eleições, ganhar o seu voto e em seguida esquecermos. Vamos trabalhar. Vamos escolher candidatos que trabalhem por nós. Assim precisaremos de vocês permanentemente mobilizados, trabalhando para nosso candidato Raul Victor Lopes, a fim de sermos vitoriosos em novembro de 1986.

O Sr. Paulo Furiatti - Concedo um aparte, nobre Deputado?

O SR. JORGE MAIA FILHO - Terminando meu raciocínio, com todo prazer nobre Deputado. Então, o que não podemos conceder é que nós Deputados, com assento nesta Casa, por três longos anos, estamos aqui debatendo os problemas públicos paranaenses, tenham que ver a insatisfação de nos ourelites, nas folhas de pagamentos dos Senhores militares do Estado do Paraná, um manifesto do seu Comandante, dizendo que nós Deputados somos apenas uns caçadores de votos, que nós Deputados somos incompetentes para defendermos a Polícia Militar do Paraná.

Não podemos, de forma alguma, que o Cel. Wilson Santos, venha impor a todos os seus comandados, de uma forma facciosa, antidemocrática em termos eleitoreiros, quando impõe a seus subordinados a candidatura dos ex-comandantes. Não podemos, de forma alguma deixar colocar no Quadro do Estado do Paraná, o atual Quadro da Polícia Militar, que passa a ser responsável neste momento, através de um manifesto, que aqui está em minhas mãos, e que está anexado ao requerimento nesta Casa, fazendo (conversas paralelas) da Polícia Militar, um curral eleitoreiro aos moldes dos antigos coronelismos.

Pela ordem, ao Deputado Furiatti e logo após ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. PAULO FURIATI - Antes só uma pergunta, nobre Deputado, este comunicado do Coronel é um papel da própria Polícia?

O SR. JORGE MAIA FILHO - Não foi da própria polícia, mas, nós sabemos de fontes dignas, inclusive reunidos ontem com pessoas da Polícia Militar, que confirmaram que foi uma atitude infantil, do Coronel Wilson Santos, pregar isto nos ourelites de pagamento.

O SR. PAULO FURIATI - Quero me parabenizar com Vossa Excelência, no sentido de nós não aceitarmos em hipótese alguma o uso da máquina, no sentido do uso do recurso público para qualquer tipo de candidatura. Quero parabenizar Vossa Excelência, no sentido de que nós temos que guardar a dignidade e mantermos os princípios de coerência, principalmente nós do PMDB, que, ainda recentemente nas eleições de 82, fomos críticos ferozes contra o uso da máquina administrativa.

Isso não pode acontecer, e eu entendo que o Governo do Estado não pode ficar omissa quanto a esta denúncia de Vossa Excelência. Há de imediatamente, trazer a público e à luz, o esclarecimento sobre este fato; porque não é possível este tipo de comportamento que nós imaginávamos não existisse ainda dentro do Governo do Estado. Isto é de uma gravidade tal, que eu me associo a Vossa Excelência, inclusive se for necessário, para que dentro desta Assembléia se nomeie uma comissão para investigar estes tipos de atos, eu como representante, como membro do PMDB, associo-me a Vossa Excelência para qualquer empreitada neste sentido.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Muito obrigado, nobre Deputado, isto mostra a coerência de Vossa Excelência.

Deputado Rubens Bueno, Vossa Excelência tem o aparte que solicitou.

O SR. RUBENS BUENO - Eu já vou mais adiante, Deputado Jorge Maia. Vossa Excelência apresenta aí uma denúncia gravíssima, que eu não a classifico como de infantilidade, mas, como de imoralidade.

Até porque fere o Código dos Senhores Militares. Nós, há pouco, ouvíamos o Deputado Augusto Carneiro denunciar o que ocorreu em Campo Mourão, para nossa tristeza, naquela região. E agora vemos aqui, não a preocupação dos militares com a segurança, com a população paranaense, e sim, em puxar votos para este ou aquele candidato.

Infelizmente, este sim, é mais um motivo de uma denúncia grave, que Vossa Excelência conta com o nosso apoio. E a tocar adiante este assunto, nós vamos bus-

car, inclusive a lei, para fazer punir o Senhor Wilson Santos.

Muito obrigado.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Muito Obrigado, nobre Deputado. Eu só queria perguntar à Presidência desta Casa, que infelizmente nós não temos aqui o controle do cronômetro, para controle do tempo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa não tem o controle, porque o cronômetro da Mesa foi danificado.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Tudo bem, eu só queria alertar porque poderia ter havido alguma falha, e não ligaram.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Queria apenas acrescentar ao pronunciamento brilhante e oportuno de Vossa Excelência que traz verdadeiramente um fato, que merece, creio eu, de todos os homens responsáveis desta Casa, uma séria observação sobre o assunto.

Queria acrescentar, dizendo de que o fato político criado com o arbítrio e uso de máquina do governo, já deve ser observada. No entanto, em se tratando do Corpo de Bombeiros ser um órgão de grande importância no contexto social da cidade, e por isso, é um órgão que deve funcionar sem nenhuma pressão política e sem nenhum compromisso político, porque isto tudo, pode ser prejudicial ao próprio desempenho da Corporação; então, é mais um fato agravante.

Imagino Vossa Excelência, quer dizer, se o Comandante Maior de uma entidade já está pedindo votos para determinado candidato, da sua simpatia, isto implica em compromisso futuro, e este compromisso em falta de autoridade sobre os seus comandados.

Então, é um fato bastante grave, que verdadeiramente merece a observação, e creio eu, de que o Governo do Estado saberá tomar medidas compatíveis, de repressão, e atendendo inclusive, a solicitação de Vossa Excelência.

Meus parabéns, pelo pronunciamento.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Muito obrigado, nobre Deputado.

Senhor Presidente, nós teríamos mais um assunto a abordar, mas infelizmente pelo incontrolado do tempo que nós também não fizemos, falaremos alguma coisa apenas o mais necessário.

Começa a tramitar hoje por esta Casa a Mensagem Governamental 49/86 e que o Governo do Estado apenas devolve o direito aos Senhores Professores do piso salarial de 2.2.

O que nós podemos estranhar é que está

Curitiba, terça, em 15.04.86

havendo na realidade dois pesos e duas medidas, sendo que esta Casa votou uma emenda autorizando o Executivo a dar o piso salarial de 2.2, e o Executivo veta essa emenda dizendo que ela é inconstitucional. O que nos admira é que esta Casa vota uma emenda que passou pelo plenário, consequentemente com a aprovação pelas Comissões desta Casa, traduzindo-a como legal e constitucional. E hoje volta o mesmo projeto simplesmente mudando o nome do autor.

E eu quero desde já colocar esta Casa a par da posição quanto a esta Mensagem Governamental, e que nós entraremos com uma emenda tecnicamente legal e constitucional para que o piso dos Senhores Professores, o piso salarial seja na realidade a sua reivindicação que é de 3 salários mínimos. E não podemos de forma nenhum constatar que o Executivo venha dizer que a emenda do Partido da Frente Liberal, feita por meu intermédio, que sou o seu líder, venha a ser inconstitucional. Poderá ser derrubada no plenário pelos Senhores Deputados, os quais terão que assumir toda a responsabilidade pela derrota da emenda da Frente Liberal de 3 salários mínimos de piso salarial. A responsabilidade será dos Deputados e não poderemos aceitar de forma nenhuma que o seu Governo vete por inconstitucionalidade.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Apenas quero cumprimentá-lo pela feliz colocação na parte inicial do seu pronunciamento quando repudia o posicionamento do Coronel Comandante do Corpo de Bombeiros, e pediremos para discutir o seu requerimento para que possamos nos aparelhar melhor inclusive e para discuti-lo novamente amanhã, por que não! Mas, de imediato, já se observou a plena solidariedade da Bancada também do PMDB.

E assim como também aprovo a sua questão inicial, lastimo o seu posicionamento final. O Governo do Estado já encaminhou a esta Assembléia Mensagem que dá o piso salarial ao professor, ou seja, o seu direito adquirido de 2.2 salários mínimos, e lastimo mais ainda a sua tentativa demagógica de agora tentar 3 salários mínimos. Nós queremos que todo mundo ganhe bem, mas precisamos nos adequar a um tempo novo. Muito obrigado.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Nobre Deputado, já vou avisar a Vossa Excelência que o meu pronunciamento sobre os 3 pisos salariais será baseado numa promessa feita pelo Senhor Governador do Estado e por todo o PMDB na campanha eleitoral, de que o piso mínimo dos Senhores Professores seria de 3 salários mínimos.

Não foi promessa minha - não foi pro-

messa minha! Eu apenas estou pegando uma "carona" na promessa feita pelo PMDB! (Sem revisão do orador).

O Sr. Airton Cordeiro - Deputado Jorge Maia, só para se restabelecer a verdade aqui no plenário!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra à Representação do PCB.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, para saudar a instalação da Representação do Partido Trabalhista Brasileiro, nesta Assembléia.

Em nome do Partido Comunista Brasileiro, é com satisfação que registramos, de nossa parte, esse fato. Nós comunistas participamos, antes de 64, ativamente, da construção e lutas que o PTB à época levava adiante. Esperamos, faço votos que o PTB hoje, aqui na Assembléia, alinhe-se cada vez mais no campo das lutas populares, não sirva como legenda de aluguel como outras legendas infelizmente vêm se constituindo hoje, na vida nacional. Mas de qualquer forma, ao Deputado Fuad Nacli, ao Deputado Erondy Silvério, a nossa saudação!

Em segundo lugar, Senhor Presidente, Sennoras e Senhores Deputados, para solicitar que, ainda nesta tarde, seja feita a leitura da Mensagem do Governo do Estado 49/86, que estava sendo objeto de comentário por parte da Liderança do PFL, pois nossa Liderança tem conhecimento de entrada nesta Casa, desde 11, sexta-feira passada, da matéria, e, a não ser que tenha havido alguma falha nossa - não registramos na parte inicial da abertura dos trabalhos, a leitura dessa Mensagem - porque os Professores do Estado estão, inclusive, a Comissão de Negociação eleita pela APP está presente na Casa, está solicitando urgência na tramitação dessa matéria, pois dela inclusive, dependem as providências com vistas ao pagamento dos atrasados que inclusive ela repõe.

Em terceiro lugar, para encaminhar e solicitar aos Senhores Deputados, o necessário apoio e aprovação de requerimento de nossa autoria, solicitando urgência na tramitação do Projeto de Lei n. 51/86, do Executivo Estadual, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, reivindicação que nos foi encaminhada por diversos Sindicatos e Federação dos Trabalhadores do Paraná, uma vez que essa medida, tomada, finalmente, pelo Governo do Estado, vem ao encontro e como fruto de uma reivindicação do Movimento Sindical Paranaense. É necessário que esta Casa aprecie com urgência, para que inclusive o

Senhor Governador do Estado possa sancioná-lo ainda durante o seu período de mandato, a Criação da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários.

Como terceiro ponto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, seria no sentido de registrar nesta Casa, da tribuna, o fato de, hoje, estar se iniciando em todo o País, o recadastramento eleitoral.

Há alguns dias atrás vários Senhores Deputados abordaram o assunto, fato importante e que vem como resultado de uma luta antiga das forças democráticas que pressionam e sempre pressionaram os Poderes, principalmente no caso do Judiciário, da Justiça Eleitoral, no sentido de se corrigir os erros e as falhas que existem no cadastramento eleitoral do País, hoje: quem sabe, talvez, Senhor Presidente, Senhor Secretário da Casa que assume a Presidência nesta tarde, não seria o caso de a Assembléia Legislativa instalar um posto de alistamento aqui mesmo nas dependências do Poder, com vistas a facilitar o trabalho intenso que, durante esse um mês e meio se realiza por todo o Paraná? Muitas pessoas têm nos abordado, e acredito a todos os Senhores Deputados, no sentido de solicitar esclarecimentos ou mesmo ajuda, no sentido de facilitar a que o título venha a ser recadastrado. Acredito que o Poder Legislativo, é evidente que não haveria nenhuma outra manipulação, se fosse devidamente instalado e de comum acordo com a Justiça Eleitoral.

Em último lugar, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, para registrar e solicitar o necessário apoio dos Senhores Deputados desta Casa, às eleições que a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior realiza agora no mês de maio, de 19 a 23 de maio, pela primeira vez na história do ensino superior brasileiro, se realizam eleições diretas com professores universitários de todo o País, indo às urnas e elegendo a nova Diretoria da sua Associação Nacional Representativa. Do Paraná participa um dos professores, integrando a Chapa 2 que concorre, a Andes, que é a Chapa Andes, hoje um desafio e uma proposta de mudança. Pessoalmente apoiamos a Chapa 2 e acreditamos que faz parte da tentativa de se estreitar cada vez mais a ação política do Poder Legislativo com a ação do movimento social, acompanhar e participar, na medida e no interesse de cada um dos Senhores Deputados, desses processos.

O processo de organização dos docentes universitários do País, é inegável que representou uma contribuição importante na luta democrática e no processo de abertura e de reconquista de algumas liberdades. As Universidades federais, estaduais autár-

quicas, privadas, tiveram nesses anos todos, em algum momento, à frente dos Partidos políticos e de outras forças na conquista dessas liberdades.

Nada mais justo, portanto, que num momento como esse, em que ela passe por processo de reformulação na sua forma de ação, elegendo diretamente os seus novos dirigentes e no momento em que reflete a sua realidade, tentando acompanhar o processo de mudança do País, e que também agora das Assembléias Legislativas venha o necessário apoio e contribuição nessa interação que deve existir, ao nosso ver, cada vez mais, entre o movimento social e poder representativo na área do Legislativo.

Por último, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, para, em nome do Partido Comunista Brasileiro, registrar a nossa veemente condenação ao episódio ocorrido no final da semana anterior, do fracassado assalto ao Banco na cidade de Salvador, ao mesmo tempo que condenamos veementemente esse episódio, manifestamos a nossa solidariedade à Direção do Partido dos Trabalhadores, haja visto que temos o entendimento de que não faz da sua proposta de ação política, iniciativas aventuradas e equivocadas como a ocorrida, não contribui para a consolidação e o avanço da democracia no nosso País, esse tipo de comportamento e o PCB que há anos tem uma clara visão do processo democrático de conquista do socialismo nesse País, de superação do modelo capitalista que continua vigorando, faz questão de, nesse momento, registrar a sua condenação à iniciativa e a sua solidariedade ao Partido dos Trabalhadores, fazendo votos para que a sua orientação venha a ser marcada mais firmemente com vistas aos reais interesses da nacionalidade e dos interesses das classes populares.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

A Mesa informa ao Deputado Márcio Almeida que a Mensagem sob n. 49/86, foi lida na Hora do Expediente da Sessão de hoje. Entretanto, vai determinar ao Serviço Legislativo que forneça xerox da Mensagem.

Com relação ao posto eleitoral aqui da Assembléia, nós estamos mantendo entendimento com o Tribunal Eleitoral e creio que será possível, dentro de poucos dias, instalar um Posto nesta Casa.

Curitiba, terça, em 15.04.86

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, comunicando à Comissão Executiva que a partir desta data, se desliga da bancada do Partido Democrático Social-PDS, passando a integrar o Partido Trabalhista Brasileiro. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Mário Pereira e Edgard Pimentel, com apoio de demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a designação de 5 representantes desta Casa, para acompanhar os acadêmicos da FECIVEL, e lideranças do Oeste do Estado, em Brasília na audiência com os Senhores Presidente da República e Ministro da Educação, para tratar da Universidade do Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa designa os Senhores Deputados Mário Pereira, Edgard Pimentel, Sabino Campos, José Antônio Fonseca e Sérgio Spada.

Passaremos à apreciação da matéria constata da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto e Lei n. 181/85, de autoria do Deputado NILSO SGUARZI, que declara de utilidade pública a BANESTADO CLUBE S/C, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicita verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defer e vai proceder a verificação de

votação.

O SR. JORGE MAIA FILHO - (Pela Ordem) - Requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa deferir e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito desta Presidência que me forneça a certidão dos Deputados presentes nesta sessão e todos os dias de todas as sessões. E as sessões que faltaram Deputados, que não tiver presente a esta sessão, que estiver viajando entrarei com uma representação. Nós não podemos votar e abonar aqueles que estão viajando. Eu não disputo mais eleição, mas, se a questão é uma questão pessoal contra o Deputado que levanta a questão de Ordem do pedido desta certidão, já o PMDB, o partido que é do Governo, pela palavra do Senhor Deputado Rubens Bueno pedindo a certidão, requeiro que esta Presidência me forneça todos os dias uma certidão dos Senhores Deputados que estão presentes, e eu permanecerei nesta Casa fazendo chamada nominal, se é questão pessoal. Então, vou manter uma questão pessoal, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua a chamada...

Responderam a chamada 31 Senhores Deputados. Há quorum para deliberação. Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 197/85, de autoria do Deputado NILSO SGUARZI, que declara de Utilidade Pública, o "CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS - VAQUEANOS DA QUERÊNCIA", com sede e foro no Município de Clevelândia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 298/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 206/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Ponta Grossa, dois terrenos urbanos com as edificações neles existentes, adquiridos pelo Estado do Paraná, situados e registrados na Comarca de Ponta Grossa, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 01/86, (Mensagem n. 13/86, Ex-Proposição n. 34/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio n. 114/85, celebrado em 06.11.85 entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento, e a SUDESUL com vistas à elaboração de Metodologia e execução da avaliação de eficácia do Projeto das Cidades de Pequeno Porte do Estado do Paraná. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 202/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JESUITAS", com sede e foro no Município de Jesuítas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo).

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 301/85, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que declara de Utilidade Pública a Entidade "TEMPO ESPÍRITUALISTA FILHOS DE IEMANJÁ" de Curitiba, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 34/86, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que dispõe que o prazo final para fruição dos benefícios concedidos pela Lei n. 8279, de 16.01.86 (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM), fica dilatado para 20.06.86, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 221/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 171/85), que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1 (um) cargo de Provimento em comissão de Diretor de Museu, símbolo 1-C, que será destinado ao Parque Histórico do Mate, unidade de nível subdepartamental, da Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 331/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO EDUCANDÁRIO BRANCA DE NEVE, com sede e foro no

Município de Sertãoópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 303/85, de autoria do Deputado JORGE MAIA FILHO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO ENFERMO, com sede e foro em Rio Bom. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder a votação dos vetos e informa aos Senhores Deputados que hoje é o derradeiro dia para aprovação ou rejeição, visto terem decorridos quarenta e cinco dias.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 180/85, veto apostado ao Projeto de Lei n. 79/85, do Deputado Antônio Annibelli - Dá nova redação ao art. 21, e seu parágrafo único, da Lei n. 7.424, de 17.12.80 (Servidor inativo, poderá ter seus proventos revistos, desde que tenha exercido ou exerça cargo em comissão, na forma que especifica). Parecer da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado em Plenário. Rejeitado, mantido o veto.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Manifesta o seu voto favorável ao projeto.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 03/86, veto Parcial apostado do Projeto de Lei n. 336/85, do Poder Executivo - Mensagem n. 230/85, - Institui, na forma do inciso III, do art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil, acrescentando pelo art. 2.º da Emenda Constitucional 27, de 28.11.85, o Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Parecer da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Rejeitado.

OFÍCIO N. DTL/159/85

Curitiba, 31 de dezembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 232/85, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, veteei parcialmente o Projeto de Lei n. 336/85, por julgar as partes vetadas inconstitucionais em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre o imposto de propriedade de veículos automotores (IPVA), tendo o veto parcial apostado atin-

Curitiba, terça, em 15.04.86

gido os itens IV e V, do art. 14, e o art. 20 e seu parágrafo único.

Os dispositivos ora vetados não puderam merecer acolhimento, tendo em vista que, por decorrerem de Emendas dessa Augusta Casa e por modificarem o montante e os objetivos do produto do questionado imposto, ferem os mandamentos consubstanciados no art. 35, § 1.º, combinados com os do art. 25, §§ 1.º e 2.º, da Constituição Estadual.

Por outro lado, vale ressaltar que o veto apostado em razão dos imperativos constitucionais citados não impede que as partes vetadas sejam, na devida oportunidade, objeto de estudos conjuntos entre órgãos do Estado e dos municípios, já que estes participarão da receita do tributo em referência.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

VETO PARCIAL AO
PROJETO DE LEI N. 336/85

PROPOSIÇÃO N. 03/86

A matéria e análise tem por objetivo apreciar veto do Senhor Governador apostado parcialmente ao Projeto de Lei n. 336/85, que institui o imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA).

Estudando a proposição vetificamos que a recusa de sanção ocorreu no prazo estipulado no artigo 28 da Constituição.

Constatamos também que as partes vetadas o foram com base nos artigos 25 e 35 da Carta Magna Paranaense.

Assim sendo, entende esta Comissão que a matéria está em condições de ser apreciada pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 01/04/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 04/86, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 43/84, do Deputado Ivan Gubert - Autoriza o Poder Executivo implantar nas Escolas Públicas do Distrito de Rancho Alegre, Município de Goioerê, o Ensino de 2.º Grau, Parecer da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Rejeitada.

OFÍCIO N. DTL/06/86

Curitiba, 07 de janeiro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 142/85, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade com o disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n. 43/84, e razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a implantar nas escolas públicas do Distrito de Rancho Alegre, Município de Goioerê, o ensino de segundo grau.

A negativa de sanção do projeto de lei em causa decorre de informações prestadas pela Secretaria de Estado da Educação, segundo as quais a pretendida criação de ensino de segundo grau, pela forma como está lançada, não atende aos superiores interesses do ensino e nem tampouco é possível porque, no caso, não estariam sendo preenchidos os requisitos básicos para tal, mormente no que respeita à existência de clientela em número suficiente, bem como à disponibilidade de salas de aula e de recursos humanos qualificados.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado.

VETO
RAZÕES EM SEPARADO EM
07/01/1986.

PROJETO DE LEI N. 43/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar nas Escolas Públicas do Distrito de Rancho Alegre, Município de Goioerê, o ensino de Segundo Grau.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07/11/85.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

VETO AO
PROJETO DE LEI N. 43/84

Analisando o Veto apostado pelo Excelen-

tíssimo Senhor Governador ao Projeto de Lei n. 43/84, constatamos que foi respeitado o prazo estipulado pelo art. 28, § 1.º da Constituição Estadual.

As razões do veto esclarecem que o mesmo ocorreu em face das informações prestadas pela Secretaria de Estado da Educação, de acordo com as quais a criação de ensino de segundo grau conforme se pretende - além de não atender aos superiores interesses do ensino não é possível por não estarem preenchidos os requisitos básicos para tanto.

Por outro lado, o preenchimento de alguns dos requisitos, como disponibilidade de salas de aula e de recursos humanos qualificados, importaria em acréscimo de despesas, matéria essa cuja iniciativa é de competência privativa do Governador, de acordo com o que preceitua o art. 47 da Carta Magna Paranaense.

Diante do exposto, a presente proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 01/04/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
EDMAR LUIZ COSTA
Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 06/86, Veto apostado ao projeto de Lei Complementar n. 85/84, do Deputado Mário Pereira - Da nova redação ao art. 1.º da Lei Complementar n. 16, 09/07/82, mantido seu parágrafo único, conforme especifica. (Promoções por avanço vertical por habilitação de professores e Especialistas de Educação do Quadro Próprio do Magistério). Parecer da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OFÍCIO N. DTL/148/85

Curitiba, 26 de dezembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 155/85, dess Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar n. 85/84, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo dar nova redação ao art. 1.º, da Lei Complementar n. 16, de 9 de julho de 1982, que versa sobre a fixação de épocas, em caráter transitório, no ano de 1986, para promoções por avanço vertical por habilitação de Professores e Especialistas de Educação, do Quadro Próprio do Magistério.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre de sua inconstitucionalidade por ferir os mandamentos constantes do art. 25, § 1º, letra c, da Constituição Estadual, os quais conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência exclusiva para iniciativa do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos e seu regime jurídico. Além do mais, a matéria de que trata a proposição aprovada, está a merecer estudo mais acurado por parte do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Administração, para que aos professores, que já têm obtido neste governo várias conquistas a seu favor, não se dê tratamento muito diversificado em relação às demais classes do funcionalismo, buscando-se sempre um encaminhamento global no que toca à questão dos benefícios funcionais em geral.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, e anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado
VETO

RAZÕES EM SEPARADO EM
26/12/1985

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 85/84
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 1º, da Lei Complementar n. 16 de 09/07/82, suprimindo o seu parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 1º - As promoções por avanço vertical por habilitação de Professores e Especialistas de Educação do Quadro Próprio do Magistério, previstas no artigo 32, § 2º, alínea "b", observado o disposto no artigo 33, e dispensada a exigência do artigo 34, todos da Lei Complementar n. 07, de 22 de dezembro de 1976, com redação dada pela Lei Complementar n. 13, de 23 de dezembro de 1981, serão efetuadas, em caráter transitório apenas no ano de 1986, nos meses de abril e outubro."

Art. 2º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 7/11/85.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N. 06/86

PARECER:

A Proposição e tela traz um veto apostado ao Projeto de Lei Complementar n.

Curitiba, terça, em 15.04.86

85/84, que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício DTL/148/85, de 26/12/85, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição do Estado e, dos termos da justificativa infere-se que o referido veto foi dado com base no art. 47, inciso III, art. 28, § 1º e art. 25, § 1º, letra "c" da Carta Magna Estadual.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se assim pela manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01/04/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

TRAJANO BASTOS

Relator

Rejeitado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) - Requerio a chamada nominal dos Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Segunda chamada:

31 Senhores Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberação.

A Presidência procederá a verificação de votação, atendendo solicitação do senhor Deputado Airton Cordeiro.

(É procedida a verificação de votação).

O SR. JORGE MAIA FILHO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para justificar que o voto do Partido da Frente Liberal, em todos os projetos, será favorável aos projetos e contrários aos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 10 Senhores Deputados aprovam o projeto. Não há "quorum" para votação.

A Mesa, nos termos do artigo 28, § 5º, anuncia que os vetos estão mantidos por decorrência de prazo.

Mantidos os vetos das seguintes proposições: De ns. 07, 09, 16, 17 e 20/86.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 07/86, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 307/84, dos Deputados Amélia Hruschka, Nilso Squarezzi, Dirceu Manfrinato e outros - estabelece a obrigatoriedade de criação de creches em Repartições Públicas e dá outras providências. Parecer da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OFÍCIO N. DTL/149/85

Curitiba, 26 de dezembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 128/85, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n. 307/85, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que nas repartições públicas em que trabalhem pelo menos vinte mulheres, deverá haver local apropriado para atendimento de seus filhos com idade de até cinco anos.

O plano de lei em exame não mereceu acolhimento por inconstitucionalidade, tendo em vista que os arts. 25, § 1.º, letra b e 35, da Constituição Estadual, conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência exclusiva para o início do processo legislativo de leis que "de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

Vale, por outro lado, ressaltar que o veto apostado em razão dos preceitos constitucionais citados, não significa que o Governo do Estado seja contrário à idéia do Legislador, assim como não impede que os órgãos próprios do setor, no poder Executivo, procedam estudos a respeito, a fim de que, sem o vício da iniciativa e de maneira plenamente exequível, o assunto venha a ser devidamente solucionado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

VETO

RAZÕES EM SEPARADO EM
26/12/1985

PROJETO DE LEI N. 307/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Nas repartições públicas da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações mantidas pelo Estado, em que trabalharem pelo menos 20 (vinte) mulheres, deverá ter o local apropriado onde seja permitido às servidoras guardar sob vigilância e Assistência os seus filhos com idade de até 5 (cinco) anos completos.

§ 1.º - A exigência contida neste artigo poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas diretamente pelo Estado, ou mediante convênios com entidades públicas ou privadas em regime comunitário ou a cargo de Associações de servidores públicos.

§ 2.º - O Estado providenciará no cumprimento da exigência constante nesta lei sempre que em uma localidade, bairro ou distrito seja atingido o número mínimo de servidoras referido no "caput" deste artigo.

§ 3.º - Os programas assistenciais desenvolvidos pelo Estado nesta área deverão contemplar igualmente o programa estabelecido nesta lei, em especial, pela instalação de creches preferencialmente nos prédios públicos do sistema estadual de ensino e em unidades da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social.

§ 4.º - O remanejamento e treinamento de servidores públicos estaduais atenderá, prioritariamente, aos objetivos preconizados nesta lei.

Art. 2.º - O Poder Executivo poderá realizar convênios com Prefeituras Municipais, entidades assistenciais, associações de servidores públicos e empresas privadas, mediante cooperação mútua e observado o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quando for o caso, para ampliação deste atendimento a toda a comunidade estadual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Decreto específico disporá sobre a forma de habilitação das empresas e entidades assistenciais interessadas em realizar convênios com o Estado.

Art. 3.º - O Estado poderá destinar, mediante lei especial, a parcela a ele pertencente no produto da arrecadação de multas, não vinculada a outra atividade, a Fundo Especial, como forma de prover recursos para a ampliação das atividades assistenciais previstas nesta lei.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário, à exceção das que já atribuem vantagens às lactentes e outras sobre a proteção à maternidade e à infância.

Art. 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1.º de janeiro de 1985.

Palácio "XIX de Dezembro", 06/11/85.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N. 07/86

PARECER:

Oriundo de Veto Governamental a projeto de lei complementar de autoria dos nobres Deputados Amélia Hruschka, Nilso Sguarezi, Dirceu Manfrinato e outros, que estabelece a obrigatoriedade de criação de creches em Repartições Públicas e dá outras providências, a presente Proposição n. 07/86 é submetida à consideração desta Comissão de Constituição e Justiça.

Analisando-se o aspecto legal temos:

I - que o veto foi apostado dentro do prazo constitucional.

II - que os motivos do veto apresentados pelo Chefe do Poder Executivo, através do ofício n. 149/85 de 26/12/85, estão fundamentados em razões de ordem constitucional.

Nestas condições, a Proposição está em condições de ser submetida à consideração do plenário, opinando-se pela manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01/04/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

MÁRIO PEREIRA

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 09/86. Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei Complementar n. 217/8, do Deputado Trajano Bastos - Dispõe sobre a organização dos municípios e dá outras providências. Parecer da C.C.J., considerando o Veto Parcial em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OFÍCIO N. DTL/21/86

Curitiba, 08 de janeiro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 215/85, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade com o disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, veteei parcialmente o Projeto de Lei Complementar n. 217/84, por julgar as partes vetadas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a Lei Orgânica dos Municípios do Estado do Paraná.

Os vetos apostos incidiram sobre os dispositivos e expressões, conforme abaixo se menciona.

As expressões "As taxas e" constantes

Curitiba, terça, em 15.04.86

do artigo 32, por implicarem em inconstitucionalidade do dispositivo que colidiria com o disposto no art. 153, § 29, da Constituição Federal, segundo o qual "nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nem cobrado, em cada exercício, sem que a lei que o houver instituído ou aumentado esteja em vigor antes do início do exercício financeiro...".

As disposições do § 2.º do art. 84 e 89, em razão do desaparecimento da figura do prefeito nomeado em decorrência da norma constitucional federal restabeleceu eleições diretas nas capitais, e municípios considerados estâncias hidrominerais ou declarados de interesse da segurança nacional (Emenda Constitucional n. 25, de 15 de maio de 1985).

As expressões "a três vezes" repetidas no texto do art. 87 não foram acolhidas porque, em razão de triplicar o piso atualmente estabelecido, poderão implicar em gastos excessivos e até mesmo orçamentariamente insustentáveis a municípios de pequena arrecadação.

As expressões "balancetes, balanços" constantes do § 1.º do art. 109 foram excluídas do texto com o intuito de evitar despesas desnecessárias aos cofres municipais com publicações no órgão oficial de imprensa eis que tais peças são periodicamente encaminhadas à Câmara de Vereadores para o devido ato fiscalizatório.

As disposições do parágrafo único do art. 114, foram vetadas, porque se trata da possibilidade de inserir-se na lei orçamentária uma norma de caráter autorizatório para a aquisição de imóveis, cuja inserção, em razão de ser matéria estranha à questão de receita e despesa, está expressamente vedada pelo art. 60 da Constituição Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N. 09/86

PARECER:

Oriundo de Veto Governamental a Projeto de Lei Complementar de autoria do nobre Deputado Trajano Bastos que dispõe sobre a organização dos Municípios e dá outras providências, a presente Proposição n. 09/86 é submetida à consideração desta Co-

Analisando-se o aspecto legal temos:

I - que o veto foi apostado dentro do prazo constitucional.

II - que os motivos do veto apresentados pelo Chefe do Poder Executivo, através do ofício n. 21/86 de 08/01/86, estão fundamentados em razões de ordem constitucional.

Nestas condições, a Proposição está em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se pela manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 16/86, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 38/83, do Deputado Basílio Zanusso - Autoriza o Poder Executivo criar a 20. Subdivisão Policial com sede no Município de Nova Esperança. Parecer da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OFÍCIO N. DTL/28/86

Curitiba, 13 de janeiro de 1986.

Senhor Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 199/85, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, veteei o Projeto de Lei n. 38/83, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar a 20.ª Subdivisão Policial, com sede em Nova Esperança e Jurisdição nos Municípios que especifica.

O não acolhimento à medida, que, aliás independe de lei, decorre de informações prestadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, segundo as quais:

"Cabe considerar, de início, que o critério basilar para a Constituição das Subdivisões Policiais tem sido direcionado à avaliação de indicadores concernentes a incidência criminal localizada, expressão geo-econômica e situação de convergência sócio-cultural, dentre outros.

No entanto, os dados registrados no Departamento da Polícia Civil, relacionados à incidência criminal durante o exercício de 1985, na área em questão, não demonstram "a priori" a ocorrência de delitos que, pela sua amplitude e complexidade, recomendassem a imediata consecução da presente postulação.

É mister reconhecer, por outro lado, que a adoção de qualquer alteração na estrutura organizacional básica da Polícia Civil, como a que ora se examina, deveria ser precedida da análise e do estudo que permitissem a elaboração do diagnóstico quanto às adequações mais viáveis e à previsão dos recursos a serem provisionados".

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

VETO

RAZÃO EM SEPARADO EM

13/01/1986

PROJETO DE LEI N. 38/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a 20.ª Subdivisão Policial, com sede na Cidade de Nova Esperança e com jurisdição nos Municípios de: Florai, Presidente Castelo Branco, Atalaia, Uniflor, Cruzeiro do Sul, Paranacity, Inajá, Paranapoema e Jardim Olinda, desmembrando-os da 9.ª Subdivisão Policial, com sede em Maringá.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 09/12/85.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

VETO AO PROJETO DE LEI N. 38/83

PARECER:

PROPOSIÇÃO N. 16/86

O projeto de lei vetado pelo Senhor Governador em 13 de janeiro do corrente, autoriza o Poder Executivo a criar a 20.ª Subdivisão Policial com sede no Município de Nova Esperança.

Verificamos que o mesmo ocorreu respeitados os preceitos constitucionais.

Diante do exposto, a matéria está em condições de ser apreciada.

Sala das Comissões, em 01/04/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 17/86,

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei n. 285/85, do Poder Executivo - Mensagem n. 199/85 - objetivando assegurar o ingresso no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, dos professores suplementaristas regidos pela Lei n. 6.508 de 13/12/73 e pelo Decreto n. 5.012 de 05/02/74, que estivessem no exercício do Magistério em 15/10/79, com mais de 2 (dois) anos nessa categoria e ministrando aulas em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino. Parecer da C.C.J., considerando o Veto Parcial em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OFÍCIO N. DTL/29/86

Curitiba, 13 de janeiro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 231/85, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 43, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei n. 285/85, por julgar as partes vetadas inconstitucionais em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os professores regidos pela Lei n. 6508/73 e pelo Decreto n. 5012/74, não beneficiados pela Lei n. 7208/79 e que estivessem no exercício em 15 de outubro de 1979, com mais de dois anos, passam a integrar o quadro único de Pessoal do Poder Executivo. O veto parcial apostado incidirá sobre as disposições dos arts. 7.º com suas alíneas e parágrafos e 8.º com seus parágrafos.

O não acolhimento às mencionadas disposições decorre da indiscutível inconstitucionalidade das mesmas, tendo em vista que, por serem originárias de Emendas dessa Augusta Casa, conflitam com os mandamentos contidos no art. 25, § 2º, letra a, da Constituição Estadual, os quais vedam apresentação de emendas que aumentam a despesa prevista nos projetos de lei oriundos da competência exclusiva do Governador. É oportuno esclarecer que a matéria, em sua versão original, foi proposta pelo Chefe do Poder Executivo, através da Mensagem n. 199/85, de 24 de outubro de 1985, usando da competência que lhe é reservada pelo art. 25, § 1º, letra c, da Constituição Estadual e que, por isso, não poderia sofrer as supracitadas emendas.

Por outro lado, foi vetada a expressão "anexa", constante do § 2º, do art. 1º, por ser considerada desnecessária e não cabível no texto.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a

Curitiba, terça, em 15.04.86

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N. 17/86

PARECER:

Oriundo de Veto Governamental o Projeto de Lei Complementar de autoria do Poder Executivo, através de Mensagem n. 199/85, que objetiva assegurar o ingresso no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, dos professores suplementaristas regidos pela Lei n. 6.508 de 13/12/73 e pelo Decreto n. 5.012 de 05/02/74, que estivessem no exercício do Magistério em 15/10/79, com mais de 2 (dois) anos nessa categoria e ministrando aulas em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, a presente Proposição n. 17/86 é submetida à consideração desta Comissão de Constituição e Justiça.

Analisando-se o aspecto legal temos:

I- que o veto foi apostado dentro do prazo constitucional.

II- que os motivos do veto apresentados pelo Chefe do Poder Executivo, através do ofício 29/86 de 13/01/86, estão fundamentados em razões de ordem constitucional.

Nestas condições, a Proposição está em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se pela manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01/04/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 20/86, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 19/85, do Deputado Artagão de Mattos Leão - As mulheres, Servidoras Públicas da Administração Direta ou Indireta, será facultado o gozo das férias no mesmo período do cônjuge Funcionário Público Estadual, e das outras providências. Parecer da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OFÍCIO N. DTL/39/86

Curitiba, 13 de janeiro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 129/85, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n. 19/85, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que às mulheres servidoras públicas da Administração Dire-

ta ou Indireta será facultado gozo de Férias no mesmo período do conjugue funcionário público Estadual.

O não acolhimento ao plano de lei em exame decorre de sua inconstitucionalidade, por ferir os preceitos contidos no art. 25, § 1., letra c, da Constituição Estadual, os quais conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência exclusiva para iniciar o processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos do Estado e seu regime jurídico.

Por outro lado, vale ressaltar que o projeto de lei em exame, se sancionado, implicaria na criação de privilégios a alguns funcionários em detrimento de outros, fato que viria caracterizar inconstitucionalidade, também, pela quebra do princípio da isonomia.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

(Proj. de Lei n. 19/85, vetado, foi public. no D.A. 13/85, de 18.03.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N. 20/86

P A R E C E R:

Oriundo de Veto Governamental o Projeto de Lei Complementar de autoria do Nobre Deputado Artagão de Mattos Leão que faculta às mulheres, Servidoras Públicas da Administração Direta ou Indireta, o gozo das férias no mesmo período do conjugue funcionário Público Estadual, e dá outras providências, a presente Proposição n. 20/86 é submetida à consideração desta Comissão de Constituição e Justiça.

Analisando-se o aspecto legal temos:

I - que o veto foi apostado dentro do prazo constitucional.

II - que os motivos do veto apresentados pelo Chefe do Poder Executivo, através do ofício n. 39/86 de 13/01/86, estão fundamentados em razões de ordem constitucional.

Nestas condições, a proposição está em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se pela manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1986

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr.

Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Abib Isfer, ocorrido no dia 08 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Tildo Mazzarino, ocorrido no dia 11 de abril do corrente ano, no Município de Santa Isabel do Ivaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José de Freitas Lacerda, ocorrido no dia 10 de abril do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Doracy Scorsato, ocorrido no dia 13 de abril do corrente ano, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do menor Robson Paitax, ocorrido no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Dutra de Campos, ocorrido no dia 5 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Helena de Castro Costa Jacuário, ocorrido no Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jan Niedziejko, do Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mitsuo Takahara, do Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

do Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Tildo Mazzarino, ocorrido no dia 11 de abril do corrente ano, no Município de Santa Isabel do Ivaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Doraci Scorsato, do Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do menor Robinson Daciuk Paitach, do Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Abib Isfer, ocorrido no dia 10 de abril do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela indicação do Dr. Julião Pimentel Neiva de Lima, para o cargo de Diretor de Investimentos da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 107.º aniversário do Município de Palmas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 110.º aniversário do Instituto de Educação do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos

Srs. Presidente do Tribunal de Justiça, Corregedor Geral da Justiça, a todos os membros do Tribunal de Justiça, aos Srs. Prefeito Municipal e Vereadores do Município de Centenário do Sul, pela elevação do mesmo a categoria de Comarca. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Srs. Secretário da Agricultura e Presidente da COPASA, pela inauguração de uma unidade armazenadora da mesma, no Município de São João do Triunfo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à nova diretoria da federação das Associações de Moradores dos Conjuntos Habitacionais e Bairros do Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Presidente da Sociedade Rural do Paraná, pela realização de obras de vulto, como por exemplo, a construção de calçada ligando o estacionamento do Parque de Exposições do Município de Londrina, à área interna do parque. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o aproveitamento do antigo leito da Rodovia que liga os Municípios de Santa Helena a Marechal Cândido Rondon. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente da República, Ministros do Trabalho e da Fazenda e Líderes das Bancadas do PMDB no Congresso Nacional, encarecendo medidas para conter a onda de demissão de funcionários bancários. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de um viaduto na estrada de acesso da sede do Município de Campo Largo ao Distrito de Bateias, próximo ao posto Bassani, na Rodovia do Café. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado, Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo providências para a construção de um hospital no Bairro do Atuba ou Guaraituba, no Município de Colombo. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei n. 31/86, ora anexada ao Projeto de Lei n. 1/86, devendo este último ser remetido à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de receber Parecer. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Sr. Presidente da República, Sr. Ministro das Minas e Energia, Sr. Diretor Geral da Itaipu Binacional, Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Presidente da Câ-

mara dos Deputados e aos Srs. Representantes do Paraná, no Congresso Nacional, encarecendo apoio à reivindicação de royalties por exploração energética para o Estado do Paraná. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a implantação do ensino a nível de 2.º Grau, no Município de Turvo. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a implantação de uma "Sessão Técnica" do Instituto de Criminalística, no Município de Guarapuava. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção da estrada pavimentada ligando Braganey ao Distrito de Longuinópolis, com sua inclusão na Programação de obras do DER para o exercício de 1987. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários da Saúde e do Bem-Estar Social e das Finanças, encarecendo sejam excluídas as igrejas e entidades assistenciais, da listagem de contribuintes da taxa de licença sanitária e exercício profissional. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação encarecendo a instalação de um aparelho telefônico no Colégio Estadual Rui Barbosa - Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Município de Arapoti. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja transformada a Sessão Plenária Ordinária do dia 19 de maio do corrente ano, em Sessão Especial, em homenagem ao Centenário de Falecimento do Dr. Leocádio José Correa. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do TRE, encarecendo a regularização da situação funcional de funcionários que prestam serviços nos cartórios eleitorais do Município de Londrina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao

Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de acostamento na estrada que liga as Praias de Leste e Pontal do Sul. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. João Alves, parabenizando-o pela reeleição no cargo de Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo, através da SUREHMA, a solução para o problema de falta de água no Município de Mariluz. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a implantação do curso de 2.º Grau - Regular - Propedêutico, no período noturno, da Escola Estadual Prof. Amálio Pinheiro - Ensino de 1.º Grau, do Município de Ponta Grossa. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando manifestação de apoio ao Sr. Presidente da Chapa Andes Hoje, em defesa da Universidade. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo, através do DER, a construção e recuperação do acostamento do trecho que liga os Municípios de Ponta Grossa e Cascavel, desde o posto Presidente até as proximidades da ponte sobre o Rio Pitangui. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Secretário da Saúde, Diretor do IAM e Prefeito do Município de Maringá, encarecendo apoio integral à obra do Pastor Nilton Tuller. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o afastamento do Cel. Wilson Santos, Comandante do Corpo de Bombeiros, por abuso de autoridade. Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão na

forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - Proposição n. 43/86

Curitiba, terça, em 15.04.86

- 3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 202/85, 301/85, 34/86.
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 221/85, 331/85, 303/85.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 74/85, 262/85, 263/85, 266/85, 279/85, 319/85, 16/86.

Levanta-se a sessão.